

A CLASSE OPERÁRIA



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - Ano 74 - nº 183 - 8 de dezembro 1999 - R\$ 1,00



O governador gaúcho, Olívio Dutra, fala no ato de Porto Alegre...



... também em Manaus ocorreu o lançamento do movimento cívico

Iniciada a jornada nacional em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho



Amazonas ladeado por jovens comunistas paranaense, dia 24 de novembro

João Amazonas reafirma em Curitiba a defesa do socialismo

O presidente do PCdoB, João Amazonas, lançou seu livro *Os desafios do socialismo no século XXI* no dia 24 de novembro em Curitiba. Promovido pelo Comitê Estadual do PCdoB, o lançamento foi realizado no salão de eventos do Hotel Araucária e contou com o reitor da Universidade Federal do Paraná, Carlos Roberto

Tavares; lideranças políticas, sindicais e estudantis e personalidades do mundo cultural e acadêmico.

Na ocasião, Amazonas reafirmou sua convicção no socialismo, não por razões de fé, mas por fundamentação científica; e criticou a chamada "terceira via". "Para a superação do capitalismo só há uma

via, a do socialismo", afirmou, ironizando os objetivos da reunião de chefes de Estado em Florença. Disse ainda: "O capitalismo neoliberal está em tal crise que já busca em Florença uma remodelação em torno dessa 'terceira via'. Mas que via é essa que reúne o chefe do capitalismo mundial, Bill Clinton?"

Atualidade da luta contra o sectarismo

O vice-presidente do Partido Comunista do Brasil, Renato Rabelo, escreve sobre o livro "A Doença Infantil do Esquerdismo no Comunismo", de

autoria do dirigente da Revolução de Outubro, Lenin. Na opinião de Renato, esse livro, escrito em 1920, "por sua dimensão teórica e riqueza histórica

de seus ensinamentos, alcançou o lugar de uma enciclopédia da tática e da estratégia revolucionárias do proletariado".

Páginas 6 e 7

Os brasileiros já possuem um importante instrumento para unificar suas lutas por um futuro melhor: o Manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho, lançado dia 18 de novembro em Brasília. Assinado por personalidades da vida política e cultural do país, o Manifesto opõe-se ao projeto neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso e é resultado de uma ampla frente que inclui Barbosa Lima Sobrinho, João Amazonas, Lula, Arraes, Brizola, Celso Furtado, a atriz Lucélia Santos, o ex-jogador Sócrates, dentre tantos outros.

Após o lançamento em Brasília, o Manifesto está sendo motivo para reuniões e atos políticos nos Estados, transformando-se num movimento de envergadura em defesa de um novo projeto para o Brasil.

Movimento cívico em Manaus

Para combater a política desastrosa do governo Fernando Henrique Cardoso, os partidos oposicionistas lançaram no dia 2 de dezembro, na Assembleia Legislativa do Amazonas, o Movimento Cívico em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho. O ato teve a participação da deputada federal Vanessa Grazziotin, do deputado estadual Eron Bezerra e do vereador Edson Ramos, do PCdoB, dos vereadores Jeferson Praia e Francisco Praciano do PDT; do deputado estadual Sinésio Campos, do PT e do ex-candidato a vice-prefeito de Manaus, economista Serafim Corrêa, do PSB.

O ato contou com mais de

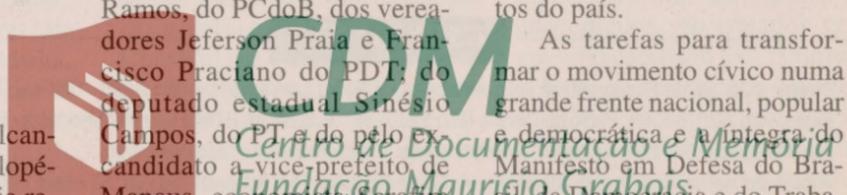
250 pessoas, representando mais de 30 entidades, dentre as quais a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Amazonas, Sindicato dos Trabalhadores na Área de Saúde, Sindicato dos Trabalhadores da Justiça, Federação Amazônica de Teatro, Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Amazonas, União Municipal dos Estudantes Secundaristas e o Fórum pela Ética na Política.

Ação unitária em Porto Alegre

No Rio Grande do Sul, o Manifesto foi apresentado num ato político no dia 3 de dezembro, no Clube do Comércio em Porto Alegre. Estavam presentes o governador Olívio Dutra, o prefeito de Porto Alegre, Raul Pont e Lula (PT); Aldo Arantes, do PCdoB; o presidente da UNE, Wadson Ribeiro; a presidenta da Ubes, Carla dos Santos; o ex-reitor da UFRGS, Hélgio Trindade; o empresário Roberto Lidermann, dentre outros. Para o governador gaúcho, "um dos objetivos deste Manifesto é afirmar que há alternativas além do capitalismo, e apontar perspectivas estratégicas para a construção de uma nova sociedade". Aldo Arantes ressaltou a necessidade de levar o Manifesto às escolas, fábricas, bairros e a todos os cantos do país.

As tarefas para transformar o movimento cívico numa grande frente nacional, popular e democrática e a integração do Manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho estão

nas páginas 3, 4 e 5



PCdoB

Diógenes Arruda: – Presente!

No dia 26 de novembro foi realizado no auditório do Instituto Maurício Grabois, em São Paulo, ato em memória do dirigente comunista Diógenes Arruda Câmara. Cerca de 200 pessoas participaram do ato, entre representantes de entidades sindicais e populares, membros do Comitê Central e do Diretório Regional do Partido e parlamentares.

O ato foi aberto por Rovilson Brito, em nome do Instituto Maurício Grabois, que destacou a importância de resgatar a história do Partido e de seus dirigentes,

como um ato de resistência e de luta contra os que apregoam o fim da história. Walter Sorrentino, presidente do Diretório do PCdoB em São Paulo, falou sobre a trajetória de Diógenes Arruda. Ressaltou a importância do ato num momento em que o pensamento único do projeto neoliberal volta-se contra as idéias socialistas e persegue empedernidamente os partidos progressistas. Concluiu reafirmando o papel da militância e homenageando, junto com Arruda Câmara, todos os dirigentes e comunistas que deram sua

contribuição à sobrevivência e ampliação do PCdoB.

Em seguida, a jornalista Olivia Rangel, da Coordenação Nacional da União Brasileira de Mulheres, afirmou que “poucos personagens da vida política brasileira podem ostentar em sua carreira a firmeza e a dignidade de Diógenes Arruda”. Falou sobre sua trajetória no Partido, sua heróica resistência na prisão e sua incessante busca da verdade, do conhecimento teórico. “Sempre que reunia mais de dois militantes, Arruda dava um cur-

so. Fez isso na clandestinidade, na prisão e no exílio”. E concluiu: resgatando sua própria história, o PCdoB homenageia este seu dirigente e herói, destacando, neste ano dedicado à formação, sua enorme contribuição à luta teórica e à construção do Partido.

O presidente do PCdoB, João Amazonas, fez um pronunciamento abordando suas lutas ao lado de Diógenes Arruda Câmara (veja nesta página).

Ao final, todos gritaram juntos: “Companheiro Arruda, você está presente!”

Uma vida dedicada à causa comunista

JOÃO AMAZONAS*

Estamos homenageando o nosso querido camarada Diógenes Arruda Câmara. Esta não é uma reunião de lágrimas. A alegria está presente porque relembramos aquele que foi, durante muitos anos, um combatente de primeira linha do nosso Partido. Quero fazer um breve relato da vida de Diógenes Arruda, em especial do período que o conheci e convivi com ele.

O primeiro contato que tivemos foi no início de 1943. A direção nacional do Partido e as direções em vários Estados haviam sido esmagadas pela polícia. Era um momento difícil para os comunistas, em especial porque fazia pouco tempo que a Alemanha de Hitler atacara a União Soviética. A reação daqui se voltou furiosa contra nós e Filinto Müller, de triste memória, afirmava, no início de 1943, que o “Partido Comunista não se levantará em um período de pelo menos 10 anos”.

Quando nos encontramos, eu estava ajudando a construir o Partido em Minas Gerais e começávamos a discutir a preparação da Conferência da Mantiqueira. Meu primeiro encontro com ele foi no Rio de Janeiro, no Aterro da Glória, e caminhamos por toda a orla marítima até o Leblon. Não senti cansaço nem podia imaginar a distância que tínhamos percorrido, porque Arruda falou todo o tempo sobre o Partido. Como eu conhecia o Partido por meio de sua organização no Norte do país (fraca do ponto de vista ideológico) e depois em Minas Gerais, ouvia atentamente suas informações e opiniões sobre o papel, a importância e o futuro do Partido. Sua capacidade de entendimento dos problemas e firmeza sobre a necessidade da reconstrução do Partido causaram-me profunda impressão.

O camarada Arruda foi, sobretudo, um grande organizador do Partido. Onde chegava, começava o trabalho de organização. Deu um exemplo disso na Conferência da Mantiqueira. O Partido estava desorganizado, sua direção esfacelada. Arruda estava – como todos nós – na clandestinidade, morando em Campinas, à espera de uma oportunidade para voltar à tarefa de reorganizar o Partido. Vínhamos trabalhando em diferentes Estados e nos juntamos para discutir os problemas da reorganização. Arruda foi um dos que propugnou com muita insistência a necessidade de se fazer uma conferência nacional o mais rápido possível. Até então nossas forças se aglutinavam em torno da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), integrada com grande destemor por alguns companheiros que tinham deixado a prisão, como Maurício

Grabois, Amarílio Vasconcelos (um jornalista muito ativo), Sérgio Machado (capitão do Exército e homem abnegado que fazia nosso trabalho junto às Forças Armadas). Estavam também se agregando a esse trabalho o Arruda, o Ivan Ramos Ribeiro (também saído há pouco da prisão), eu e Pedro Pomar. Em conjunto discutimos a necessidade da Conferência da Mantiqueira.

A Conferência da Mantiqueira é, indiscutivelmente, um grande marco de nossa história. Mostra a capacidade do Partido reagir às situações mais difíceis impostas pela reação. Conseguimos nos reerguer contra as adversidades. Uma Conferência pobre do ponto de vista material – o nome é pomposo, mas o local de sua realização era um barraco sem condições de habitabilidade, sem cadeiras ou bancos, e tivemos de improvisar as acomodações dos participantes. A Conferência realizou-se ao ar livre. Estavam presentes as organizações do Partido de Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul. O Arruda trazia as ligações com a Bahia, em que era, na ocasião, membro do Comitê Estadual. Ninguém se preocupou com as dificuldades que se revelavam. Vivíamos aquele momento de grande e intensa alegria pela reorganização do Partido. Elegemos o Comitê Central, no qual foram incluídos os companheiros Álvaro Ventura (que não encontrava na reunião), Luís Carlos Prestes e Carlos Marighella, que estavam presos. Elegemos um marítimo para secretário geral, José Medina, e o Arruda como secretário de organização. Também Maurício Grabois, Amarílio Vasconcelos, Sérgio Machado, eu e Pomar participamos da direção. Depois fizemos a Campanha pela Anistia e conseguimos a libertação dos presos políticos. Com isso, a direção principal do Partido passava para as mãos de Prestes, mas Diógenes Arruda jogava um papel fundamental, pois tinha um amplo conhecimento sobre os problemas do Partido e boa compreensão das tarefas que estavam colocadas.

Com a anistia e a legalidade do Partido, começamos a desenvolver nosso trabalho nas ruas. O Partido passou a promover regularmente uma espécie de ‘sabatina’. Nestas atividades, geralmente realizadas em sindicatos (recordo-me de uma no Sindicato dos Marceneiros, no Rio de Janeiro) compareciam milhares de pessoas. Prestes abordava problemas do comunismo. Ao terminar, lá estava o Arruda convidando todos a ingressar no Partido. “Aqui estão as fichas”, dizia ele, e organizava o recrutamento em massa.

Quero assinalar outro momento im-



A mesa que dirigiu os trabalhos da sessão em homenagem a Arruda

portante – o IV Congresso do PCB. Nosso Partido tinha muitos anos de existência e só havia realizado três congressos. Arruda insistia que o Partido deveria cumprir seus estatutos e organizar com prazo marcado seus congressos. Foi a figura central da sua realização.

Também foi Diógenes Arruda quem propôs a realização de nossa VII Conferência, que se realizou na Albânia em 1978. Estávamos no exílio – eu, o companheiro Renato Rabelo, Arruda e muitos outros. A reação tinha assassinado muitos dirigentes comunistas e destruído, praticamente, a direção, gerando grande confusão em nossas fileiras. Arruda foi um dos organizadores dessa Conferência, que assegurou a reestruturação – novamente! – da direção do Partido.

Outro aspecto de destaque da atividade de Diógenes Arruda foi na área da formação e educação do Partido. Ele iniciou, organizou e dirigiu os cursos teóricos de forma planejada e sistemática. Procurou, em conjunto com outros camaradas, apoio na União Soviética para que se realizassem cursos no exterior. Assim, na Escola Superior do Comitê Central do PCUS, realizaram-se muitos cursos para os comunistas brasileiros. Arruda selecionava e dava atenção aos companheiros que faziam tais cursos. No primeiro participaram 7 camaradas, nos outros 50 cada. Esse foi, apesar de certas limitações, um capital teórico importante para o nosso Partido.

Quando o Partido foi duramente atingido com a atuação contra-revolucionária de Krushev no XX Congresso do PCUS, surgiu uma situação muito delicada. Nós (eu, Grabois, Pomar, Arroio, Lincoln Oest, Danielli e muitos outros camaradas) estávamos convencidos – no momento em que uma maioria artificial, sob a direção de Prestes, abandonava e liquidava o velho Partido e criava o PC Brasileiro – de que não havia outro caminho senão o de reorganizar o Partido Comunista do Brasil. Fizemos isso em fevereiro de 1962. Num primeiro momento, Diógenes Arruda não compreendeu e não esteve conosco, mas também não ficou do outro lado. Foi com o companheiro Maurício Grabois e eu, passado algum tempo, fomos à sua casa e dissemos que o lugar

dele era no Partido. Conversamos e sua fisionomia foi mudando. Na hora que saímos veio caminhando conosco até o ônibus – Arruda já deixava claro que reconstruiria o Partido conosco.

Uma terceira questão manifestada em sua militância era a atenção que dava aos partidos estrangeiros.

Às vezes podemos pensar que o Partido somos nós, os que estamos atualmente em atividade. Somos. Porém, além disso, somos herdeiros de uma longa trajetória – com a marca de um Partido que tem 77 anos de existência. Nos sentimos orgulhosos do passado deste Partido e da atividade de um grande companheiro como foi o saudoso Diógenes Arruda. O Partido depende do coletivo e da sua militância geral. Mas também necessita daqueles que dão uma contribuição maior no sentido de dirigir corretamente o movimento comunista.

Hoje estamos vivendo uma situação em que se procura obscurecer o papel dos comunistas. Após a derrota – temporária – do socialismo na União Soviética, o Partido sofreu uma violenta campanha ideológica da burguesia. Mas podemos verificar que o movimento resistiu por toda parte. Hoje se nota no mundo inteiro uma certa marcha para a esquerda. Nesta época devemos, mais do que nunca, pensar que o Partido tem uma história que merece o nosso respeito – a gloriosa história de grandes batalhas de uma força que nunca se dobrou, que desde seu início jamais desapareceu do cenário nacional apesar da brutalidade da reação. O PCdoB teve mais de uma centena de quadros assassinados pela ditadura militar. Os generais pensavam que tinham nos esmagado e nosso Partido está, hoje, a representar no Brasil o que há de mais clarividente, decidido e conseqüente na luta para abrir novos caminhos para nosso povo.

Arruda não morreu em casa, quieto – foi no campo da luta que parou de bater o coração do camarada! Vale a pena a gente recordar que este Partido é fruto da luta dos comunistas de hoje e de ontem como Diógenes Arruda Câmara, que dedicou sua vida à causa do comunismo em nosso país.

*Presidente do PCdoB

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - **Edição:** Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL), Guiomar Prates (Mtb 7061/31/04v), Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 -SP) **Edição em HTML:** Gabriela Mendonça. **Editoração Eletrônica:** Sandra Luiz Alves. **Administração:** Francyrose de Andrade Matarazzo. Publicação mensal da *Empresa Jornalística A Classe Operária* - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP 01318-020 - Fone: 0 11 3106 0412 - PCdoB na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - Correio eletrônico: classeop@ruralsp.com.br

NACIONAL

Construindo a união do povo

ALDO ARANTES*

O Manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho (veja texto abaixo), lançado no dia 18 de novembro em Brasília, poderá se transformar num importante elemento de aglutinação do povo brasileiro na luta contra a política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso e por um novo governo democrático e popular. O ato contou com as presenças de Luís Inácio Lula da Silva, representando o PT; Miguel Arraes, o PSB; João Amazonas, o PCdoB; Zuleide Faria, o PCB e o deputado Vivaldo Barbosa, representando o PDT. Estiveram também presentes o bispo Dom Mauro Morelli, Hermann Baeta, ex-presidente do Conselho Federal da OAB, representantes da CUT, Contag, MST, UNE, UBES, Conam, dentre outras entidades e personalidades.

O Manifesto defende um Programa Mínimo em defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho. Propõe a denúncia dos acordos com o FMI, a renegociação das dívidas interna e externa e a retomada do crescimento econômico. São propostas a democratização dos meios de co-

municação; uma reforma democrática do Judiciário com o controle externo desse poder e uma reforma política democrática com o financiamento público de campanhas e a mais ampla liberdade de organização partidária. Na luta pelos direitos sociais, defende a política de emprego e combate ao desemprego, o aumento substancial do salário mínimo e uma reforma agrária imediata e massiva.

Dentre 115 assinantes, destacam-se: Barbosa Lima Sobrinho, Celso Furtado, Ariano Suassuna, Aziz Nacib Ab'Saber, Evandro Lins e Silva, Gianfrancesco Guarnieri, Gofredo da Silva Teles, João Luiz Duboc Pinaud, Lucélia Santos, Sócrates Brasileiro Sampaio de Souza Veiga, Sérgio Mamberti, além dos governadores do Rio de Janeiro, Antony Garotinho; do Amapá, João Alberto Capiberibe; Mato Grosso do Sul, José Orcílio (Zeca); Alagoas, Ronaldo Lessa; Rio Grande do Sul, Olívio Dutra; e do Acre, Jorge Viana; além dos presidentes dos partidos que compõem a Frente de Oposição Democrática e Popular e dos líderes dos partidos da Frente na Câmara e no Senado, parlamen-



João Amazonas, do PCdoB, fala durante o lançamento do Movimento em Defesa do Brasil

tares de outros partidos, presidente de entidades e personalidades.

O Manifesto é instrumento da construção do Movimento Cívico em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho. Só com a unidade dos partidos de oposição foi possível realizar a Marcha dos 100 mil. Só com a ampla união do povo brasileiro em torno do Movimento em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho será possível derrotar a política neoliberal, afastando Fernando Henrique Cardoso do

poder, e construir uma alternativa democrática e popular para o Brasil.

Algumas tarefas estão colocadas à frente de todos os partidos, entidades e personalidades comprometidos com essa mudança: 1 - Ampla difusão do Manifesto. 2 - Realizar debates e discussões nas mais diferentes frentes: faculdades, escolas, sindicatos, fábricas, repartições públicas, entidades populares, igrejas etc. 3 - Realizar atos de lançamento do Manifesto nos Es-

tados, precedidos de um trabalho de coleta de assinaturas de personalidades, dirigentes políticos e sindicais mais representativos da região. 4 - Realização de um evento nacional com o objetivo de dar organizabilidade ao Movimento e escolher sua direção. Para que tal evento possa ser expressão da amplitude do Movimento, é indispensável que tenha ampla representação numérica e que todos os Estados estejam presentes.

*do Comitê Central do PCdoB

Em defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho

Brasileiros!

Estamos completando 500 anos de jornada na História. Como todos os povos, tivemos as virtudes do trabalho e do altruísmo, e os pecados da opressão, do egoísmo e da violência contra os fracos. Mas prevaleceram, na construção do nosso povo, a solidariedade e o orgulho de pertencer a uma mesma Pátria.

A nação foi edificada com o heroísmo, o martírio, o trabalho e o sacrifício anônimo de homens e mulheres do povo. Marchando contra o desconhecido, levantamos milhares de povoações e preservamos identidade comum que nenhuma outra nação contemporânea obteve em tão pouco tempo e em território tão extenso quanto o nosso.

Falamos a mesma língua, guardamos as mesmas tradições, acreditamos que o destino do homem seja construir sua felicidade, e, de forma quase universal, acreditamos no Estado democrático de direito como instância suprema da sociedade.

Derrotamos o autoritarismo, restauramos, com o povo nas ruas, o sistema democrático e estávamos no limiar da construção de uma sociedade democrática e menos injusta, quando começamos a perder o ímpeto de grandeza e a força da esperança.

Nos últimos anos, com a adesão de parcela significativa das elites brasileiras ao engodo de um mundo sem fronteiras e sem Estados, iniciou-se a destruição da

nacionalidade, e a expectativa de riqueza transformou-se no espectro do desemprego e da pobreza rondando os lares de milhões de brasileiros.

A nação foi submetida a extraordinária campanha de desestímulo que, operada a partir da Presidência da República, visava a impor ao nosso povo a descrença em sua capacidade de edificar seu próprio destino. Tínhamos de esquecer a epopéia dos que construíram este país e nos integrar, com a renúncia à nossa soberania, na nova ordem do mundo: a ordem da pobreza, a ordem 'globalizada' da guerra, da 'competitividade' desigual, do desemprego, do endividamento das nações, da insegurança coletiva, da recessão, da violência.

Para isso era necessário renunciarmos ao direito de construir uma nação rica e justa para seu povo, porque o destino dos países pobres era mesmo permanecer pobres.

Assim, foram-nos impostas a desestruturação do Estado e a privatização como condições de 'modernidade'. Assim foi desorganizada e desnacionalizada a infraestrutura de nosso País, concentrada em monopólios e oligopólios privados. A promessa de uma nova potência industrial transformou-se em maior empobrecimento.

Tudo com a complacência e a submissão de nossas elites.

Essas reformas, políticas e econômicas, foram impostas ao Brasil e ao continente pelo Fun-

do Monetário Internacional e delas resultou - reconhecem hoje até mesmo a ONU e o Banco Mundial - o aumento do desemprego e da desigualdade social. Nossos países estão mais pobres e mais dependentes, nossas sociedades mais injustas e desiguais e maior é a distância - econômica, científica, tecnológica - que nos separa dos países desenvolvidos.

Uma das últimas e mais graves ameaças à sobrevivência autônoma de nossos países é a Área de Livre Comércio das Américas-ALCA, imposta pelos Estados Unidos ao continente, e à qual o Brasil poderá aderir até 2005, se forem mantidos os compromissos assumidos pelo governo federal. A ALCA, uma vez efetivada, incorporará ao território dos Estados Unidos (88% do PIB da região) os territórios dos 33 países das Américas (12% do PIB), absorvendo, com os territórios, a economia, a política, a autonomia, a independência e a cultura de nossos países, que também terão renunciado ao direito à soberania e à história própria.

O dia-a-dia dos brasileiros assume ares de tragédia; as condições de vida da ampla maioria de nosso povo tornam-se degradantes, com o desemprego atingindo patamares insuportáveis.

A irresponsabilidade das elites, sua indiferença e passividade perante a miséria e a corrupção, geram o ceticismo, o desajuste social e alimentam a criminalidade e a violência. Sobre a tragédia

do neoliberalismo sobrepõe-se a deterioração econômica, política e moral do país, traduzida na conduta do governo FHC.

O presidente da República, isolado num Olimpo que se desconstitui, governa de costas para os anseios da nação, indiferente aos reclamos da sociedade.

Reiteradas denúncias da oposição anunciaram a farsa da estabilidade da moeda, a necessidade de mudanças no câmbio, a deterioração da nossa base produtiva, o desemprego crescente e a submissão do país ao rentismo, à agiotagem e à especulação. De nada adiantou. O governo, ensimesmado, autoritário e arrogante, continuou na mesma rota antinacional e decidindo a liquidação do nosso futuro.

Até hoje não logramos construir uma democracia como verdadeiro regime de presença e participação popular, voltado para representar e atender os anseios e demandas da cidadania. Abalaram-se as esperanças democráticas que nutríamos com a Constituição de 1988. Ela tem sido cotidianamente ignorada, descumprida e ultrajada. Ao invés de presidentes da República submetidos ao império da Constituição, temos chefes de Estado presidindo a reforma permanente da Constituição, visando a adaptá-la aos seus interesses mais imediatos e mesquinhos, e aos interesses dos grupos nacionais e internacionais fundacionais de seu governo.

O regime democrático vem

sendo alvo de restrições e ameaças. O Executivo sobrepõe-se aos demais poderes, o direito de associação sindical e a liberdade partidária são colocados na alça de mira de um projeto que visa a reduzir a cidadania e os espaços da atividade política, para finalmente eliminar o pluralismo político, partidário e ideológico, sem o que não há democracia representativa digna de honesta consideração.

À educação e à cultura, institucionalizadas, é reservado papel estratégico no projeto neoliberal, qual seja, atrelá-las aos objetivos estreitos de preparação para o local de trabalho, fazendo com que as escolas formem seus alunos precipuamente para o mercado de trabalho, formando o "cidadão-cliente". Caberá ainda a esses dois instrumentos de produção e transmissão de conhecimento veicular, desde a infância, no ensino fundamental, as idéias e propostas que proclamam a excelência do livre mercado e do novo patamar da globalização neoliberal.

A saúde pública, sucateada, mostra-se incapaz de assegurar atendimento digno a milhões de cidadãos que vegetam pacientemente nas filas de espera. Os aposentados são tratados pelo governo como um lixo imprétable que só atrapalha o "ajuste". Milhões de crianças em todo o país passam fome, seja no vestibular da instituição e da delinquência, no abandono das ruas, seja na sobre-exploração do tra-

balho que lhes rouba qualquer possibilidade de futuro. Os jovens perderam a esperança, e à velhice são negadas assistência e seguridade eficazes.

A exclusão social, agravada no governo FHC, é, porém, uma característica do modelo de desenvolvimento implantado pelas elites brasileiras, desde sempre subalternas, desvinculadas dos interesses da nação ou dos direitos de seu povo, com o qual jamais se identificaram. Ele apenas a agravou. Pois a sociedade brasileira foi construída sob as marcas de um profundo apartheid social, de uma renovada dependência externa e de uma brutal devastação do patrimônio natural. Desse projeto FHC é fiel servidor.

O Brasil conseguiu, com o esforço e o sacrifício de seu povo, altos níveis de desenvolvimento e uma industrialização que, acelerada a partir de 1930, chega até 1980. Mas, apesar das conquistas representadas pela Revolução de 1930 — marco no desenvolvimento político-social brasileiro e base do crescimento moderno —, nossas elites jamais cogitaram em reformar nossa estrutura social, fundada na exclusão das massas e na acumulação capitalista pelas minorias. Assim, nosso crescimento, a rápida e desordenada urbanização do país, sua participação, ainda que passiva, na revolução tecnológica mundial, deram-se com o aprofundamento dessas desigualdades, o aumento do número de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza e a ampliação do fosso econômico e social entre as regiões, ameaçando a integridade federativa. Ou seja, os frutos da acumulação econômica foram apropriados numa proporção escandalosamente concentrada pelas elites brasileiras. Esse quadro de miséria foi agravado pelo regime militar em sua opção ideológica pelos interesses das classes dominantes. Nesse sentido, o golpe militar de 1964 representou a ruptura imposta pelo sistema a um regime que ensejava a emergência do movimento popular e se associava aos esforços da sociedade brasileira visando a reduzir a exclusão. Lamentavelmente, a luta contra a ditadura militar, afinal derrotada pelo povo nas ruas, e a conquista da normalidade institucional, não corresponderam a uma ruptura com os fatores da exclusão social, nem com o domínio das classes dirigentes que serviram e se serviram do período autoritário para aumentar seu poder e sua riqueza.

Ao contrário, a exclusão persiste, e se agrava. O resultado dessa política vem se revelando particularmente perverso para os trabalhadores. O desemprego recorde atinge cerca de 20% da população economicamente ativa nas regiões metropolitanas. Desde 1995, o País perdeu milhões de empregos. Crescem a concentração de renda e a exclusão social, o subemprego, a precarização nas relações do trabalho e o número de pobres. Depois de tantos anos de experimento neoliberal, o Brasil ostenta índices obscenos de desigualdade social. Dos nossos 160 milhões de brasileiros cerca de 44% sobrevivem com menos

de dois dólares de renda diária. Nada menos de 17% dessa população acima de 17 anos é analfabeta. Nossa força trabalhadora tem apenas pouco mais de três anos de estudos escolares, contra 12 anos na Ásia. Segundo dados do Banco Mundial, em nenhum outro país os 10% mais ricos são tão ricos. Eles ficam com 48% de toda a renda nacional!

A exclusão atinge principalmente os segmentos e grupos historicamente discriminados, as mulheres, os negros, os índios e os deficientes físicos entre outros. As mulheres sofrem com a dupla jornada de trabalho, os salários aviltados e a ausência de proteção à maternidade. Os negros, exercendo as mesmas funções, percebem menos da metade dos salários de seus colegas brancos. Uma criança negra tem quatro vezes menos oportunidade de completar o primeiro grau e sete vezes menos de completar o segundo grau. Poucos são os negros que chegam à universidade ou ascendem ao primeiro escalão da República. Prossegue sob variadas formas o genocídio das populações indígenas, violentadas culturalmente e expulsas de seu habitat.

Em 15 anos de aparente reconstrução democrática, regredimos. Se não sofremos mais a violência política da ditadura militar, nossa população vive apavorada, seja nas cidades, seja nas zonas rurais, acuada pelas balas de uma guerra civil não declarada. Vivemos um cotidiano de mortes construindo a banalização da violência. Testemunhamos, indignados mas impotentes, a massacres como os do Carandiru, Corumbiara, Eldorado do Carajás, Vigário Geral e Candelária perpetrados por agentes do Estado, os quais, na sua grande maioria, ainda permanecem impunes.

Não lutamos pela redemocratização para voltarmos a ser um país exportador de produtos primários baratos e importador de bugigangas industrializadas.

Não lutamos para eleger diretamente nossos presidentes para eles prosseguirem nas velhas políticas de entregar a nossa poupança interna e o dinheiro do contribuinte, na forma de incentivos fiscais e financiamentos públicos, a multinacionais que aqui vêm ocupar o nosso mercado.

É preciso retomar a luta, defender o Brasil, construir a democracia e valorizar o trabalho, não apenas como elemento fundamental das relações de produção, mas, igualmente, como valor ético fundador da civilização. As reformas iniciadas no governo Collor e levadas a cabo por FHC buscaram golpear o patrimônio público, os direitos dos trabalhadores, dos servidores públicos, dos aposentados e dos pobres. A reeleição, imposta ao Congresso a preço conhecido, ao arrepiamento dos bons costumes políticos e da ética, violentando toda a experiência republicana, foi um golpe contra a democracia e caminho usado para assegurar o projeto conservador e neoliberal, que subordina os interesses nacionais aos ditames da nova ordem mundial liderada pelos Estados Unidos.

A serviço desse implacável sistema internacional de dominação, está em curso uma inaudita destruição de tudo o que, no Brasil, propiciava as bases mínimas para formação de um mercado nacional integrado; principalmente as bases científicas, tecnológicas e industriais edificadas em mais de sessenta anos e que seriam tão necessárias à superação das nossas desigualdades e ao progresso do povo brasileiro no próximo milênio.

O governo federal agride o que resta do pacto federativo, subordina os Estados através de mecanismos da dívida, impõe às administrações estaduais e municipais sua própria política econômica, controla suas receitas e quer submetê-las às determinações de agências financeiras internacionais, pressionando seus governos a não reagirem contra o modelo econômico imposto de fora para dentro, de cima para baixo.

O chamado "ajuste econômico" nada mais é do que a fórmula do Consenso de Washington, monitorada e colocada em prática pelo FMI na lógica do projeto neoliberal, de mais mercado e menos Estado.

Os acordos firmados com o FMI são os mais lesivos que o país já assinou. Estabelecem metas cujo objetivo é gerar recursos para pagar uma dívida privada espúria e uma dívida pública injusta e impagável. Para isso, o governo FHC mantém a política de altas taxas de juros, provoca a recessão econômica, promove a abertura irresponsável e sem contrapartida de nossa economia diante da concorrência desigual com as grandes nações industrializadas e agrava nossa dependência ao capital especulativo externo. O preço dessa política antinacional tem sido o desmonte do parque produtivo nacional, o desemprego em larga escala, a desnacionalização da economia (empresas, bancos e a própria moeda), o abandono da produção agrícola, a transferência do patrimônio público e dos fundos de seguridade dos trabalhadores para negociatas privadas de centenas de milhões de dólares.

O predomínio da especulação financeira resulta em lucros fabulosos e concentração de riqueza, enquanto nós, o povo, milhões de brasileiros honestos e trabalhadores, arcamos com o peso de uma dívida pública de 500 bilhões de reais e uma dívida externa de 240 bilhões de dólares. Os mesmos acordos impõem ao Brasil a proibição de adotar qualquer mecanismo de defesa de nossa economia contra a competição internacional.

Uma boa parcela dos industriais brasileiros, afinal, protesta! O que esses empresários querem é o que a oposição vem defendendo sem ser ouvida pelo Governo: apoio ao capital produtivo e punição ao capital especulativo; mais e melhores empregos para todos; carga tributária não apenas justa mas posta a serviço do desenvolvimento social e humano do nosso país. Concordamos na visão de que o mercado interno é nosso maior recurso para fomentar a produção agrícola e o desenvolvimento da indústria brasileira. Mas a indústria



Lula (PT) e Miguel Arraes (PSB) no lançamento do Manifesto

há de concordar que o nosso mercado interno, através de uma ampla reforma agrária e uma melhor distribuição da renda, pode ser muito maior do que efetivamente o é. Sim, aceitamos a idéia de que o mercado interno deva servir de alavanca para a conquista do mercado externo, pela indústria brasileira. Mas a indústria há de concordar que os empregos gerados pelos investimentos internos deva pagar aqui dentro salários dignos, num projeto permanente de expansão quantitativa e qualitativa dos recursos humanos brasileiros.

No governo FHC o Brasil vem renunciando à sua soberania e à sua autonomia

É o Pentágono quem tenta definir o papel das nossas Forças Armadas. Como não há mais o pretexto da "ameaça soviética", promove um novo "inimigo interno", agora na figura do narcotráfico, estimulado pelo consumo norte-americano, impune. Procuram liquidar o papel das Forças Armadas como guardiãs da soberania nacional, sob o falso argumento de que a globalização elimina as fronteiras nacionais. Mas nossas fronteiras amazônicas começam a ser cercadas por crescente número de bases militares norte-americanas, já instaladas na Colômbia e no Peru.

Os Estados Unidos lideram a OTAN em sua política intervencionista. É inaceitável a proposta norte-americana de criação de uma força permanente de intervenção nos países da América Latina, utilizando hoje a Colômbia como alvo privilegiado desta política. Ressurgem as velhas ambições de grandes potências mundiais quanto à soberania sobre a Amazônia.

Como é notório, mas ainda na discricção das conversas de caserna e nos limites permitidos à disciplina e à hierarquia, os militares se revelam insatisfeitos com o papel que lhes tentam impingir.

Salvo honrosas exceções, os meios de comunicação de massa se esquecem dos episódios em que contribuíram para o fortalecimento da democracia e se prestam, hoje, ao papel de defensores incondicionais desse modelo, abdicando da vocação informativa e crítica que compete à imprensa. Discriminam a oposição e adotam o discurso único, unilateral, de defesa do governo e do sistema. O ditador, o chefe e o contraditório, foram suprimidos. Os diversos veículos de nossa grande imprensa transmi-

tem uma só voz, reproduzem um só pensamento. A voz do governo e o discurso monocórdico do neoliberalismo.

Esse quadro, por si grave para a nacionalidade, poderá ainda aprofundar-se se for aprovada sem a Emenda Constitucional, atualmente tramitando no Congresso Nacional, com o apoio da grande imprensa, e que visa a permitir a participação do capital estrangeiro na propriedade, na organização e na gerência de meios de comunicação de massa.

A corrupção, fator de expropriação dos recursos gerados pelo trabalho dos brasileiros, é um elemento congênito da política de direita no Brasil, está presente em todos os níveis da administração pública e percorre todos os poderes da República, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. A corrupção que se evidencia em alguns processos de privatização — em escala de bilhões — é seguida de velhas e tradicionais práticas do superfaturamento, vendas fictícias, pagamentos por certificados, remuneração por aprovação de projetos de lei em quase todos os governos de Estado, prefeituras municipais, assembleias legislativas e câmaras de vereadores de todo o país. Nada justifica a presença de grandes e pequenos corruptos no debate democrático. Até porque o vício ético torna ilegítimos o mandato eletivo e a representação popular. A prova de que retornamos à época de pilhagem e corrupção dos tempos coloniais está na história, afinal revelada, de como se operou a privatização da Telebrás. O presidente mentiu à nação quando afirmou não estar interferindo no processo licitatório. Todos os homens do presidente mentem quando dizem que estavam estimulando a concorrência nos leilões. Mentem porque ficou claro estarem, de fato, favorecendo um grupo de interesses em detrimento de outro.

A corrupção é agravada pela impunidade e por um sistema judiciário lerdo e injusto, ao qual o pobre não tem acesso e o homem do povo não tem seus direitos protegidos.

O Brasil vem sendo governado por uma elite que desde sempre traiu o seu povo, e se colocou a serviço dos grandes grupos econômicos, nacionais, internacionais e nacionais associados aos interesses internacionais, dos quais nossas classes dirigentes não sempre serviram. O Brasil presente e o futuro do Brasil estiveram tão ameaçados. Jamais sofreu a nossa soberania as humilhações que ora

suportamos. Vivemos um momento crucial em nossa história. Ou os brasileiros dão um basta nesse processo de desconstituição da Nação, ou o próprio futuro de nosso país estará comprometido.

Decididamente, está na hora de reverter tudo isto!

Precisamos reconstruir nos-

sa nacionalidade! Cumpre retomar os caminhos abertos pelos que lutaram – quase sempre com o risco da liberdade e muitas vezes com o risco da própria vida – por democracia e justiça social. Contra poderosos interesses de banqueiros, megacorporações transnacionais, oligarquias políticas, contra sobretudo os interesses do

capital financeiro que controla a economia global, nós, o povo brasileiro, dizemos BASTA!

Pela luta democrática nos locais de trabalho e nos sindicatos, nas escolas e nas igrejas, pelo protesto nas ruas, pelos abaixo-assinados, pela pressão dos movimentos sociais sobre os poderes públicos e os meios de co-

municação.

Será esse o primeiro passo para construirmos uma grande frente nacional, popular e democrática, que levantará o país em um clamor cívico em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho, para construir a democracia, acabar com a injustiça social e a dependência, unificando a maio-

ria do país através de uma plataforma mínima, que se torne o ponto de partida para a aglutinação de todos os brasileiros comprometidos com o projeto de reconstrução nacional.

Por isso e para cumprir com tal compromisso, oferecemos ao debate o seguinte Programa Mínimo:

Programa-mínimo em defesa do Brasil

Denúncia dos acordos com o FMI para possibilitar a elaboração de um projeto nacional de desenvolvimento. Renegociação soberana das dívidas interna e externa para assegurar recursos ao novo modelo do País e a inserção soberana do Brasil na economia mundial.

Retomada do crescimento econômico a taxas compatíveis com as nossas possibilidades de investimento, nossas disponibilidades e limites de recursos naturais, bem como com as nossas necessidades de emprego; redução drástica das taxas de juros e recuperação do controle nacional sobre a moeda, o crédito e o balanço de pagamentos, tudo como parte de um Projeto Nacional de Desenvolvimento Sustentável definido soberanamente pelas forças do trabalho e da produção. Esse novo modelo de desenvolvimento econômico compreenderá políticas nacionais de reestruturação agrícola, industrial, de comércio exterior e dos serviços públicos essenciais à nossa população, priorizando a defesa do meio-ambiente.

O País soberano não admitirá a dolarização de sua economia

Política externa soberana. defesa dos princípios já consagrados de não-intervenção e não-ingêrência nos assuntos internos de outros países; afirmação de nossa solidariedade para com a luta pela autodeterminação dos povos e nações; contra as guerras de agressão e conquista e em defesa da ação política e da negociação como instrumentos de solução dos impasses entre nações.

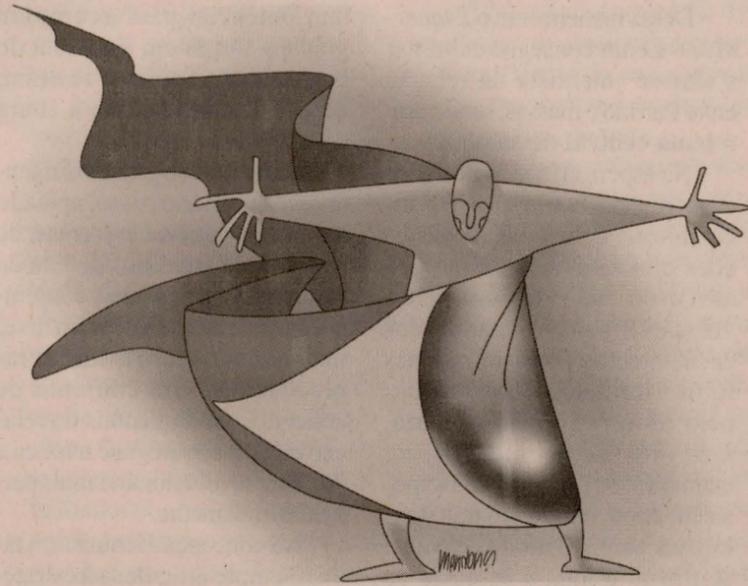
Pelo desenvolvimento integrado da América Latina e seu fortalecimento para proporcionar políticas soberanas de nossos países; contra qualquer sorte de intervenção no Continente ou presença de bases militares estrangeiras; fortalecimento do Mercosul como um dos instrumentos de resistência à ALCA e à hegemonia norte-americana.

Denúncia da ALCA como instrumento inibidor do desenvolvimento da América Latina.

Defesa da comunidade de países de língua portuguesa

Auditoria dos processos de privatização e, a partir dos seus resultados, a adoção das medidas cabíveis que assegurem a soberania nacional e os interesses do povo brasileiro.

Reforma tributária que amplie a base de incidência de tributos e sua progressividade sobre os mais ricos, reduzindo a pressão sobre o setor produtivo ge-



rador de empregos e, de outra parte, onerando a especulação, os monopólios, os oligopólios e as grandes fortunas, rendas, heranças e patrimônios líquidos não declarados, combatendo a evasão e desestimulando a guerra fiscal entre as unidades federativas.

Defesa da democracia

Restabelecimento do pacto federativo e renegociação das dívidas dos Estados e municípios.

Democratização dos meios de comunicação como princípio para a democratização da sociedade e legitimação do processo político representativo; instituição de mecanismos públicos não-estatais que assegurem a livre circulação de idéias e opiniões dos vários setores da sociedade.

Reforma democrática do Judiciário assegurando sua modernização, a rápida solução dos pleitos, a redução das instâncias recursais, o acesso do pobre e do cidadão comum à proteção jurisdicional que é dever do Estado. Controle externo. Veto à súmula vinculante.

Regulamentação das medidas provisórias visando a limitar sua edição a questões especiais, urgentes e relevantes que comprovadamente digam respeito à soberania econômica do país e à estabilidade social.

Reforma política democrática que assegure o financiamento público das campanhas eleitorais, democratize o acesso dos partidos aos meios de comunicação, assegure a ampla liberdade de organização partidária e o pluralismo ideológico.

Controle público e direto, pela sociedade civil, dos serviços de empresas concessionárias, para que cumpram com sua destinação pública.

Defesa do trabalho e dos direitos sociais

Política de emprego e combate ao desemprego. Programas emergenciais descentralizados de

combate à fome e às calamidades sociais, particularmente à seca do Nordeste, alimentados, de um lado pela ampliação dos investimentos públicos, de outro pelos resultados do combate à sonegação e à corrupção, com a redução drástica dos subsídios a grandes empresas. Reforma administrativa que elimine vantagens e privilégios nas estruturas mais elevadas da administração pública nos três poderes, e aumente a eficiência do aparelho público.

Aumento emergencial e substantivo do salário mínimo.

Reforma agrária imediata e massiva; política agrícola de estímulo ao pequeno e médio produtor.

Reforma urbana que assegure moradia decente a todos os trabalhadores.

Reestruturação da saúde e da educação, baseada nos princípios da universalidade e da equidade.

Defesa do ensino público gratuito, universal e de alta qualidade; retomada da pesquisa e do desenvolvimento tecnológicos como prioridades. Fortalecimento da universidade pública. Universalização do ensino de primeiro e segundo graus.

Nova orientação para o modelo de financiamento da previdência social, tendo como base a solidariedade entre gerações. Recuperação dos fundos de poupança dos trabalhadores para aplicações de interesse social.

Luta contra a corrupção

Política nacional de combate à corrupção e à impunidade, levando as investigações até as últimas conseqüências. A corrupção é elemento constitutivo da desigualdade social e seu combate não pode ser confundido com o falso moralismo da direita. Será tarefa primordial das forças democráticas brasileiras.

O Brasil precisa de um governo que seja capaz de liderar o país na direção destes objetivos programáticos, para construir uma nação justa.

Movimento Cívico em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho

O governo FHC e sua política conservadora estão em conflito com a vontade da nação. Daí deriva grave crise política cujos desdobramentos podem ameaçar o processo democrático e a vida institucional. Uma vez mais, a direita, responsável pela crise, prepara-se para impor ao país sua própria alternativa, com seus métodos e seus personagens. Só a organização de todo o povo brasileiro, só sua presença nas ruas, sua mobilização permanente podem impedir um novo golpe contra os interesses nacionais e populares.

A situação é emergencial.

Ou o povo brasileiro toma em suas mãos o destino do país e promove uma mudança de rumo, ou a nossa pátria estará condenada à violação ainda mais brutal de sua soberania e à deterioração ainda maior da vida de seu povo.

Por isso e para assegurar a democracia, os que assinam este Manifesto, e o fazem por uma opção ética em defesa do povo e do futuro do país, propõem a criação de um Movimento Cívico em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho para a construção de um governo de feição democrática e popular, capaz de assegurar um rumo progressista para o país e recuperar a confiança do povo em seu destino.

Por isso, em momento tão grave da vida nacional, dirigimo-

nos a todos os democratas, àqueles que amam verdadeiramente o Brasil e anseiam por progresso e justiça social. Convocamos todas as forças políticas progressistas, as lideranças intelectuais, científicas e acadêmicas, sociais e políticas, as entidades representativas dos diferentes segmentos da população, a todos os profissionais, aos empresários, a todos os trabalhadores das cidades e do campo, aos líderes sindicais e estudantis, e aos jovens em geral, às donas de casa, aos brasileiros de todas as crenças e religiões, a se unirem conosco neste verdadeiro esforço de salvação nacional.

Este Movimento Cívico em Defesa do Brasil, que hoje se constitui em plano nacional, é entregue à vontade e ao engenho dos brasileiros, que saberão organizá-lo em todos os Estados da Federação, em todos os municípios, no campo e nas cidades, nas fábricas e nas escolas, nas vilas e nos bairros, onde quer que pulse a alma nacional, onde quer que se encontre um patriota.

A nação não será destruída. O destino do povo não será traçado.

Nossa juventude tem o direito de poder acreditar no seu futuro e no futuro do Brasil, no futuro de um mundo melhor, que saberá construir.

Nós nos levantaremos.

Vamos nos unir, todos os que não nos acomodamos.

Vamos somar nossas forças e vamos vencer.

Viva o povo brasileiro.

Assinam o Manifesto

Abdias do Nascimento, Afonso Arinos de Melo Franco, Aldo Arantes, Aldo Lins e Silva, Aldo Rebelo, Almino Afonso, Aloízio Mercadante, Anthony Garotinho, Antônio Carlos Valadares, Antônio Grassi, Antonio Ibañez Ruiz, Ariano Suassuna, Arlindo Chinaglia, Aziz Nacib Ab'Saber, Barbosa Lima Sobrinho, Bautista Vidal, Carla Thaís dos Santos, Carlos Lessa, Carlos Nelson Coutinho, Célio de Castro Celso Antonio Bandeira de Mello, Celso Furtado, Cristina Pereira, Cristovam Buarque, Dilma Rousseff, Edmilson Rodrigues, Edmundo Fontes, Eduardo Suplicy, Emília Fernandes, Emir Sader, Eros Grau, Evandro Lins e Silva, Fábio Comparatto, Fernando Haddad, Gianfrancesco Guarnieri, Frei Betto, Goffredo da Silva Telles, Helgio Trindade, Hermann Baeta, Hesio Cordeiro, Jackson Lago, Jamil Haddad, João Alberto Rodrigues Capiberibe, João Amazonas, João Luís Duboc Pinaud, João Manoel Cardoso de Mello, João Pedro Stedile, João Piza, Joaquim Ernesto Palhares, Jonas Bloch, Jorge Mattoso, Jorge Viana, José Antonio de Aguiar, José Dirceu, José Genoino, José Luís Fiori, José Orcílio da Silva, José

Renato Rabelo, José Roberto Batochio, Kátia Born, Lawrence Pih, Leandro Konder, Leonel Brizola, Licia Peres, Lucélia Santos, Luís Fernando Veríssimo, Luís Inácio Lula da Silva, Luiz Alfredo Salomão, Luiz Gonzaga Belluzzo, Luiz Pinguelli da Rosa, Luíza Erundina, Manoel José dos Santos, Marcelo Lavener, Marco Aurélio Garcia, Marcos Dantas, Maria da Conceição Tavares, Maria Victoria Benevides, Marina Silva, Mário Lago, Mauro Morelli, Miguel Arraes, Milton Santos, Milton Temer, Moacir Wemeck de Castro, Moacyr Félix, Neiva Moreira, Oded Grajew, Olívio Dutra, Osny Duarte Pereira, Paes de Andrade, Paulo Bonavides, Pedro Cardoso, Raul Pont, Raymundo Faoro, Renato Oliveira, René Dreyfus, Roberto Amaral, Roberto Lindemann, Roberto Requião, Roberto Saturnino Braga, Ronaldo Lessa, Sebastião Rocha, Sérgio Mamberti, Severino Almeida Filho, Sócrates Brasileiro Sampaio Vieira, Tânia Bacelar, Tarso Genro, Theotônio dos Santos, Thomas Balduino, Vicente Paulo da Silva, Vivaldo Barbosa, Waldemar Ribeiro, Waldir Pires, Wilma Maria de Faria e Zuleide Farias de Mello

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

ESPECIAL

Ficha comentada

Esquerdismo, doença infantil

RENATORABELO*

O tempo, a finalidade e o alcance desta obra de Lenin

“A Doença Infantil do *Esquerdismo* no Comunismo” foi escrita por Lenin em abril de 1920. É o último escrito longo deste eminente revolucionário comunista. O Partido Bolchevique foi o único a estar à altura de Marx, graças a Lenin, que não se limitou a sistematizar e divulgar o marxismo, mas soube empenhar-se para desenvolvê-lo de modo original. Poucos meses antes da convocação do II Congresso da Internacional Comunista (I.C.), 1920, Lenin se dedicara a escrever seu principal trabalho contra os desvios de “esquerda” e as posições sectárias. Entretanto, essa obra se tornará decisiva adiante, no III Congresso da I.C. (1921). Em seguida, as idéias expostas neste livro vão orientar a reflexão que leva à definição da tática de **frente única** da classe operária, que será proposta pelo IV Congresso (1922) da I.C.

Em *Esquerdismo*, Lenin traz à tona, com densidade e lucidez excepcionais, a variada e intensa vivência da luta revolucionária da corrente mais avançada do movimento operário mundial, refletindo “uma história prática de quinze anos (1903-1917) sem paralelo no mundo, em virtude de sua riqueza de experiências” e dos ensinamentos, premissas de lições, do exercício do poder recém conquistado.

Neste texto estão presentes as lições da luta contra o extremismo no seio do movimento operário. Lenin compreende a prioridade de construir a vanguarda comunista – **primeira tarefa** – com base nos princípios revolucionários marxistas, sem vacilações, na luta contra a corrente oportunista, social-democrata, que prevaleceu na II Internacional. Essa tarefa ocupou uma centralidade até o II Congresso da Internacional Comunista. A partir de então, os partidos comunistas já estavam essencialmente definidos, após o rompimento com a social-democracia.

Mas, como afirmava Lenin, a vanguarda sozinha está impossibilitada de levar a revolução à vitória. Para tornar as novas vanguardas comunistas forças políticas reais, passava à ordem do dia a luta contra o isolacionismo sectário, as impaciências esquerdistas, os principismos doutrinários. Portanto, uma **segunda tarefa** ocupou a centralidade desde o III Congresso da I.C., foi se impondo aos novos partidos comunistas: a conquista da **maioria** do proletariado. Em resposta às exigências desta tarefa, Lenin, em seu livro, procura fundamentar a real dimensão política do papel dos partidos comunistas. Ele demonstra, baseado em variada experiência dos bolcheviques na Revolução Russa, o contraste entre dois procedimentos a seguir – doutrinar sobre o comunismo,

fixando-se nos marcos de uma **seita**; ou lutar para conquistar as grandes massas, transformando-se em um grande partido proletário de **ação política**.

Na sua exposição, o autor imprime às lições extraídas da prática revolucionária russa grande força de argumentação, comparando-a com a ação dos partidos que integravam a Internacional Comunista, revelando o infantilismo político dessas novas direções comunistas na Europa.

O *Esquerdismo*, por sua dimensão teórica e riqueza histórica de seus ensinamentos, alcançou o lugar de uma enciclopédia da tática e da estratégia revolucionárias do proletariado. É hoje parte constitutiva da base teórica dos partidos comunistas e referência maior acerca do modo pelo qual se trava a luta política contra a classe dominante capitalista.

O tema central e o fundamento dos ensinamentos

A concepção leninista expressa no *Esquerdismo* não separa as duas tarefas fundamentais da construção partidária e da direção revolucionária – formação da vanguarda da classe operária e conquista das amplas massas proletárias e não proletárias – mas, ao contrário relaciona-as dialeticamente. É falsa a alternativa Partido ou massas, líderes ou massas. O Partido e suas direções se forjam precisamente ligados de forma estreita às grandes massas, intervindo nos grandes acontecimentos políticos. Por um lado, a comprovação prática da justeza de uma política só pode ser concretizada na relação com os grandes movimentos de massa. Por outro, o conceito de disciplina partidária – cimento da organização revolucionária e garantia da existência de núcleos dirigentes relativamente estáveis – tem seu fundamento na política e, por conseguinte, na teoria revolucionária. A criação das condições dessa disciplina – segundo Lenin – “é facilitada por uma justa teoria revolucionária, a qual, por sua vez, não é um dogma, porque se constitui de modo definitivo somente em estreita conexão com a prática de um movimento verdadeiramente de massas e verdadeiramente revolucionário.”

Na concepção marxista, muito bem definida por Lenin, se afirma que a teoria sem a práxis se fossiliza e o Partido afastado do movimento real de massas e revolucionário encerra-se num gueto político, não estando assim à altura de cumprir sua missão emancipadora da classe operária. Deve-se **“trabalhar obrigatoriamente onde estejam as massas”**..., “mesmo nos sindicatos ou organizações reacionárias”. Em suma, o Partido e as massas podem ser comparados como uma mesma moeda de duas faces: não se concebe uma firme disciplina revolucionária sem a vigência de uma política justa,

comprovada no amplo movimento de massas, dirigido pela vanguarda, marxista-leninista; não se concebe um partido capaz de cumprir sua missão revolucionária – superar o capitalismo e construir o socialismo –, sem uma firme disciplina.

Dessa maneira, em o *Esquerdismo* Lenin consegue culminar a síntese marxista da relação entre Partido e massas, sendo este o **tema central** dessa obra.

Na áspera crítica às posições esquerdistas, Lenin se vale principalmente da exposição das lições concretas e precisas que advêm do curso vitorioso da Revolução Russa. A natureza dos ensinamentos consiste não nas formas institucionais assumidas pelo processo revolucionário, mas nos seus conteúdos, no exemplo dos fatos. Na sua exposição, compreendendo todo texto, transparece o **modo** pelo qual se travou a luta, a essência da tática empreendida e a maneira de fazer política, distinta das procedidas pelo oportunistas de todos os matizes.

Há um rigor em diferenciar os processos revolucionários em cada período histórico, circunstância e lugar determinado, sublinhando a sua originalidade, considerando suas mediações particulares. Referindo-se ao alcance internacional da experiência dos bolcheviques, admite que é preciso “reconhecer um tal significado para algumas características fundamentais de nossa revolução”. Mas, adverte: “seria um gravíssimo erro querer exagerar essa verdade, estendê-la a mais do que alguns traços fundamentais da nossa revolução.”

Os preceitos táticos e estratégicos que afloram da discussão travada por Lenin com o extremismo de esquerda assumem um valor teórico inestimável. São orientações sempre atuais para a prática política. É uma obra que orienta os partidos comunistas em sua gigantesca tarefa transformadora, revolucionária, elevando-os à condição de destacamentos políticos avançados, tendo em vista a conquista da hegemonia política no decurso da complexa luta de classes contra a burguesia e o imperialismo, e no seio do movimento operário ante os oportunismos de direita e de esquerda.

A relação entre tática e estratégia

A experiência sistematizada por Lenin no *Esquerdismo* demonstra que a definição da tática emana da correlação de forças – essência da tática – em cada momento da luta política em desenvolvimento. Por sua vez, a essência da estratégia revolucionária consiste na conquista da hegemonia política pelo Partido do proletariado, durante um longo período de muitos embates, contra os setores dominantes da classe burguesa. Esse êxito estratégico – alcance da hegemo-

nia – é produto das várias vitórias táticas, em vários momentos e, sobretudo, em um momento que pode ser o decisivo. Essa é a lógica estratégica da luta entre uma força estruturalmente débil e pequena contra uma força dominante e poderosa. A primeira tem potencial para **acumular** grandes forças em uma luta de larga duração e colocar-se assim, depois de certo tempo, à altura de derrotar a segunda.

Neste livro, o grande dirigente revolucionário russo, apoiado numa “tal riqueza de formas, de matizes, de métodos de luta de **todas** as classes sociais contemporâneas”, desenvolve, em nível mais elevado que nas suas obras precedentes, um conjunto de conceitos fundamentais da relação entre a estratégia e a tática e da tática revolucionária mais particularizadamente.

Na concepção leninista, a tática, sempre articulada à estratégia revolucionária, é definida substancialmente por sua “amplitude” de formas e sua “máxima flexibilidade”. O conceito de tática tem seus fundamentos na realidade objetiva e subjetiva específica de cada processo político. Em consequência, cada formulação tática assenta-se no seguinte: 1) na peculiaridade histórica, política, econômica e social de cada luta revolucionária, considerando-se seu definido estágio de evolução; 2) no nível de desenvolvimento do movimento real – atitude das massas, grau de contradição no seio do inimigo, e deste, em relação às demais classes e camadas sociais.

Dessa maneira, o primeiro aspecto decorre da compreensão de que os processos sociais são complexos, não idênticos, existindo assim diferentes modos de formação das classes sociais. Por conseguinte, não existe o capitalismo em estado “puro”. As realidades sócio-econômicas são diferenciadas em cada país, gerando partidos com características diferentes. A classe burguesa não é homogênea, há nela diversa estratificação, formação de grupos, com conseqüente formas de conflitos que podem ser aproveitados pelo Partido Comunista.

O segundo aspecto é que essa situação objetiva se reflete no plano da realidade política em seu conjunto, por meio de uma determinada condição das massas, de seu nível de consciência e de organização, do papel e dimensão das forças sociais intermediárias e, finalmente, do grau de coesão do bloco inimigo.

Desse modo, pode se levar em conta todos os aspectos da situação concreta, determinando o **ponto de partida** da ação política, o nível da batalha que possa permitir uma participação em maior escala das massas, sem renunciar à própria tarefa de vanguarda. Não se deve abandonar a questão de resumir em a vanguarda não deve considerar o que está nítido ou superado para ela como estando compreendido ou



Lenin em 1921, durante o III Cor

assimilado pela classe proletária e as massas em geral. Não se pode pretender transferir mecanicamente em ação política **imediatamente** a consciência da vanguarda para as grandes massas. Exemplo clássico disso se relaciona à atitude tática diante das instituições políticas burguesas. Estas, do ponto de vista marxista, revolucionário, podem ser negadas historicamente. Mas, passando-se da avaliação histórica geral para a **prática** de cada situação nacional, essas instituições “não estão politicamente superadas” e podem constituir-se ainda em importantes meios de relacionamento com as massas, visando a elevação do seu nível de consciência.

A tática política

A definição da correlação de forças políticas em determinado momento do curso da luta de classes é a condição indispensável para estabelecer o nível da batalha em andamento. Essa situação concreta explicitada é que permite a configuração da tática política (política imediata).

A elaboração dessa tática compreende o emprego de um conjunto de recursos, tais como: os compromissos e acordos necessários, as alianças possíveis, mesmo que temporárias, as formas concretas de luta e de organização, a dinâmica de avanços e recuos; tudo objetivando sempre a acumulação de forças e a procura do meio mais eficaz para a superação do inimigo principal, circunstância imprescindível para fortalecer e crescer



A obra de V.I. Lenin

Util do comunismo



gresso da Internacional Comunista

as forças do proletariado.

O extremismo esquerdista, em reação às capitulações social-democratas, rejeitava quaisquer compromissos: "uma tese pueril, que é até mesmo difícil de levar a sério". Acrescenta ainda Lenin: "...toda história do bolchevismo, tanto antes quanto depois da Revolução de Outubro, está repleta de manobras, de acordos e de compromissos com outros partidos, sem excluir os burgueses". "Há compromissos e compromissos". Na realidade é preciso distinguir entre o compromisso que é capitulação diante da hegemonia do adversário, renúncia da própria autonomia política, e o compromisso que se tornou indispensável em função do nível das forças em luta, a fim de preservar as próprias fileiras e conseguir avançar, apoiando-se nas forças possíveis de serem unidas.

Para o êxito da luta revolucionária é imperativo a celebração das alianças. Há uma grande estratificação das classes na sociedade capitalista, as quais assumem características diferenciadas, conforme cada país. Existem os conflitos internos no seio da classe dominante burguesa que devem ser explorados. Por conseguinte, afirma Lenin, a aliança é "extremamente preciosa" por mais "precária" que seja. É importante salientar ainda que na sua visão é substituído o desejo de alianças "ideais" pela verificação objetiva das diversas forças sociais e políticas, levando-se em conta a avaliação do percurso que é possível caminhar com elas. O que interessa é a força

efetiva do aliado, não tanto sua estabilidade, podendo, mesmo, em cada situação, ser um "aliado de massas, temporário, vacilante, instável, pouco seguro, condicional". O que conta é a influência que ele tem sobre um setor determinado da sociedade, ou melhor: o seu peso quanto à possibilidade de desequilibrar a correlação de forças existente.

As alianças devem se desdobrar na política de **frente única**. Esta, preservando a independência do Partido Comunista, define o conteúdo da unidade de ação com as forças mais amplas e intermediárias. A conquista para os objetivos revolucionários da maioria proletária e não proletária se faz **através** de uma justa política de frente única, que defina como ligar-se às correntes que estejam organizadas entre os trabalhadores. Assim também às outras tendências pelas quais seja possível um contato mais amplo com as camadas médias da sociedade, tendo em vista finalidades políticas comuns. Esse é o caminho inevitável para levar a orientação da vanguarda comunista até o seio do proletariado e das massas em geral, a fim de que possam tomar consciência da diversidade das "duas linhas" e perceber que, ao propor os objetivos de frente única, os comunistas são os mais conseqüentes lutadores das necessidades reais da classe operária.

As formas de luta e de organização

No contexto da tática leninista, as formas de luta e de organização decidem qual o nível do embate que o Partido de vanguarda pode empreender. As formas concretas de organização do proletariado não se inventam, mas resultam do movimento real, da experiência da luta, na qual se revela o grau efetivo a que chegou a consciência das massas. Não existem fórmulas predefinidas quanto aos meios de luta e de organização a serem adotadas nos diversos processos políticos. "A história em geral, e das revoluções em particular, é sempre mais rica de conteúdo, mais variada de formas e aspectos, mais viva e mais 'astuta' do que imaginaram os melhores partidos". Por isso, a classe revolucionária para realizar sua missão deve "dominar todos os meios de luta". É preciso estar preparada para "substituir uma forma por outra do modo mais rápido e inesperado", para não correr o risco de sofrer uma derrota fragorosa — às vezes decisiva.

Também "não se pode saber de antemão quando eclodirá em algum lugar a verdadeira revolução proletária e qual será o **motivo** principal que despertará, inflamará e lançará à luta as grandes massas, hoje ainda adormecidas". Temos de realizar todo o trabalho preparatório, de acumulação de forças, bem assentado na realidade em desenvolvimen-

to. Uma realidade que apresente vários elementos de uma crise multilateral — política, econômica e social — em andamento pode estar sujeita a uma reviravolta política provocada apenas por um fortuito acontecimento da vida nacional.

Ademais, para que haja uma mudança revolucionária é preciso a existência de um conjunto de fatores objetivos e subjetivos, dentro e fora do país.

Em o *Esquerdismo* a definição de crise revolucionária se reveste de rigorosa conceituação marxista, além de ser sobejamente explicitada por Lenin em todos os seus aspectos, demonstrando seu nítido conteúdo anti-vanguardista, antivoluntarista e antiespontaneísta. A situação revolucionária é caracterizada pela concomitância da crise das forças políticas predominantes e do Estado, com o poderoso ascenso da rebelião das grandes massas dirigidas por uma vanguarda influente e experimentada. A revolução é assim impossível sem uma crise de toda nação (ou seja, que envolva explorados e exploradores), sem uma rápida e imensa ampliação da atividade política, em meio a uma conjuntura mundial de mudanças ou fortes desequilíbrios.

Uma conclusão relevante

No capítulo X do *Esquerdismo*, Lenin delinea "algumas conclusões", as quais colocam-se como a parte mais alta e concentrada da sistematização da experiência dos bolcheviques no curso da Revolução Russa. Uma das conclusões assume importante relevo. É quando Lenin procura magistralmente situar as causas dos doutrinários de direita e de esquerda. Assim, descreve de forma sintética, o grande dirigente comunista:

"O doutrinário de direita obstinou-se em não admitir senão as formas antigas e fracassou do modo mais completo por não ter percebido o novo conteúdo" que surgia da nova época da luta revolucionária;

"O doutrinário de esquerda obstina-se em repelir incondicionalmente certas formas antigas, sem ver que o novo conteúdo abre seu caminho através de todas as espécies de formas e que nosso dever de comunistas consiste em dominá-las todas, em aprender a completar umas com as outras e a substituir umas por outras com a máxima rapidez, em adaptar a nossa tática a qualquer modificação dessa natureza, causada por uma classe que não seja a nossa ou por esforços que não os nossos".

Em última instância, os dois desvios de doutrinário de direita ou de esquerda, que podem se tornar em oportunismos político-ideológicos, decorrem do "afastamento na prática da dialética marxista".

*vice-presidente do PCdoB

Câmara homenageia a Constituinte de 1946

No dia 30 de novembro a Câmara dos Deputados realizou homenagem aos constituintes de 1946. Em tempos como os atuais, em que impera um tipo de ditadura constitucional sob o império de medidas provisórias, é sempre oportuno relembrar a atuação dos que, na Constituinte, combateram a política das classes dominantes. Como disse o deputado Haroldo Lima, PCdoB/BA, na sessão especial "a Constituinte de 46 teve uma marca muito significativa na história do Brasil, aparecendo como a resposta da liberdade e da democracia ao regime autoritário que existia até então. Ela foi o resultado, o desaguadouro de todas as expectativas de liberdade que existiam naquele período do Estado Novo".

O deputado baiano chamou a atenção "para fato de importância histórica: o quarto partido com maior representação na Casa era o Partido Comunista do Brasil, com 15 representantes, entre os quais um Senador, Luís Carlos Prestes". Depois, o Partido foi cassado, assim permanecendo por décadas, o que restringiu sua força."

Haroldo relembrou que, "na Constituinte de 1988 — tendo aparecido novamente, à luz do dia, em 1985 —, ele já elegeu cinco deputados. Na eleição posterior, de 1994, conseguimos eleger dez deputados. Agora, paira no ar a idéia: 'Vamos mudar as regras do jogo, porque, senão, daqui a pouco esse pessoal está aqui de novo com 15 ou com 20 deputados'. Então, pensam em mecanismos como a cláusula de barreira e o sistema distrital misto, copiados da Alemanha, com qual objetivo? De fazer com que esses partidos ideológicos, democráticos, sejam barrados na porta de entrada, fiquem nas galerias."

O parlamentar comunista lembrou que "na página inicial dos Anais, há o seguinte: No dia da instalação da Assembleia Constituinte, houve, naturalmente, uma extrema curiosidade pública, especialmente porque era a primeira

vez que comunistas podiam assentar-se entre deputados e senadores, depois de lutas, até mesmo sangrentas, em que estiveram empenhados. Sem experiência parlamentar, um pouco empolgados pela situação de vedetes e desejosos de aproveitar ao máximo as oportunidades de propaganda que o ambiente lhes proporcionava, não tiveram na sessão inaugural dos trabalhos a serenidade suficiente para capitalizar os efeitos daquela situação inédita. Com 15 representantes, numa Assembleia de 320, quase totalmente hostil a eles, realmente, era difícil concluir qual deveria ser a melhor atitude. O certo é que o primeiro orador a pedir a palavra na Constituinte foi Maurício Grabois, do Partido Comunista do Brasil, do Distrito Federal (o atual Rio de Janeiro), para apresentar um projeto de regimento interno.

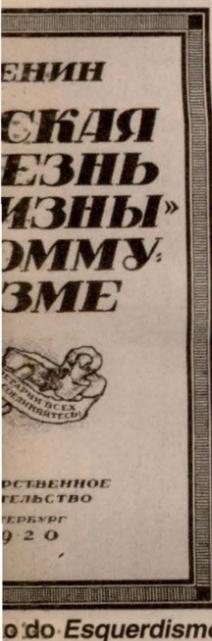
Debilidades e virtudes

Na ocasião, o atual presidente do PCdoB, João Amazonas, apresentou o primeiro requerimento apreciado na Constituinte, apoiando a greve dos bancários, que estava em curso.

Para Haroldo Lima, "precisamos reverenciar a Constituinte de 1946, que foi uma pedra importante na construção democrática de nosso país. Ela teve suas debilidades — e grandes —, mas teve suas virtudes, também muito grandes. É fruto de um processo histórico. É muito estranho e incorreto tentar analisar um fato com a visão abstrata e idealista de que é tudo certo, ou tudo errado. Ou então, o erro é visto à luz de exigências e situações posteriores. À luz da situação de hoje, certas formulações da Constituinte de 1946 estão atrasadas. Mas à luz da situação que enfrentou, ela avançou, deu um passo à frente na construção democrática de nosso país, por isso deve ser homenageada, como está sendo aqui, agora, por todos os presentes e pelos partidos que aqui se apresentaram."



Comunistas na Constituinte de 1946: da esquerda para a direita, segundo plano: Claudino José da Silva, Osvaldo Pacheco, Joaquim Batista Neto, Gregório Bezerra, Alcido Coutinho, Carlos Marighela e Alcides Sabe Iça; primeiro plano: Jorge Amado, Abílio Fernandes, João Amazonas, Luiz Carlos Prestes, Maurício Grabois, Milton Caires de Brito, Agostinho de Oliveira e José Maria Crispim



NACIONAL

UBES prioriza "Fora FHC" e luta pela escola pública de qualidade

Vindos de todo o Brasil, 880 delegados reuniram-se no Centro de Cultura e Convenções de Goiânia - GO, de 12 a 15 de novembro, para participar do 33º Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

Os secundaristas reafirmaram a campanha "Não deixe a escola pública virar privada", reprovaram o neoliberalismo e aprovaram a proposta de afastamento do governo FHC e de antecipação da eleição presidencial, incrementando as ações pelo "Fora FHC".

O 33º Congresso foi aberto no Teatro Rio Vermelho com a presença de entidades, partidos políticos e autoridades.

Dia 13 de novembro, segundo dia do Congresso, os delegados e observadores discutiram em grupos a situação política nacional e internacional, educação e a UBES do século XXI. No dia 14 realizou-se a plenária final e no último a nova diretoria foi eleita.

Uma vez na escola pública, sempre na escola pública

O Congresso decidiu intensificar a luta para aprovar a proposta que destina no mínimo 50% das vagas nas universidades públicas para alunos que estudaram desde o ensino fundamental em escola pública. A idéia é originária do 31º Congresso da UBES, em 1995, que também aconteceu em Goiânia.

O autor da proposta no Congresso Nacional, senador Antero Paes de Barros (MT), esteve no Congresso da UBES e debateu o seu projeto de lei com os estudantes.

As propostas do movimento "UBES Paratodos" foram todas aprovadas em votações em que a maioria foi aferida por contraste. As dez chapas inscritas para a eleição da diretoria refletiram as mais variadas correntes de opinião atuantes no movimento estudantil secundarista. A "UBES Paratodos" foi vitoriosa com 640 votos e elegeu 32 dos 41 diretores da entidade. A chapa foi formada por estudantes da União da Juventude Socialista - UJS (dentre estes, os jovens militantes do PCdoB), da JSB (ligada ao PSB), da JPS (ligada ao PPS), da JS-PDT, do MJT

A política da UJS fortalece o movimento secundarista

RICARDO ABREU (ALEMÃO)

O objetivo do movimento "UBES Paratodos", liderado pela União da Juventude Socialista, foi plenamente alcançado neste Congresso. Realizaram-se as 27 etapas estaduais e a UJS provou ser a única força política atuante no movimento secundarista em todos os Estados. Com sua política firme, combativa, e ao mesmo tempo ampla, UJS vem sendo vitoriosa e consolidando uma concepção e uma prática de movimento estudantil realmente unitário e politizado, para todos os estudantes.

A UBES é de fato plural. De todas as forças políticas atuantes no movimento



Carla dos Santos, a nova presidente

(ligada a setores do PTB que fazem oposição ao governo FHC), da Juventude do PMDB e independentes. As outras chapas que obtiveram votos suficientes para eleger pelo menos um diretor foram a "UBES para lutar" (setores da "esquerda" do PT e Juventude do PSTU) com 115 votos; a "Mudança" (Articulação Estudantil, do PT) com 74 votos; e "Rebelião" (União da Juventude Rebelião, ligada ao PCR) com 31 votos. Também estavam presentes ao Congresso e lançaram chapa a Juventude do PSDB e a Ação da Juventude Liberal - AJL, ligada ao PFL.

De mulher para mulher

Pela primeira vez na história da UBES, uma presidente mulher dá posse a outra mulher. A nova presidente da UBES, Carla Thaís dos Santos, gaúcha de Novo Hamburgo, recebeu a bandeira azul das mãos da ex-presidente, a carioca Juana Nunes. A posse foi realizada no dia 3 de dezembro, sexta-feira, durante o III Congresso Nacional de Educação, em Porto Alegre.

estudantil secundarista, apenas a Juventude Revolucionária 8 de Outubro (ligada ao MR8) não participa da UBES. E porque não quer.

Todas as tentativas de divisão da UBES foram derrotadas politicamente e na Justiça. Única entidade nacional dos secundaristas, a UBES abre uma fase de grandes perspectivas de fortalecimento, associando a luta educacional à luta por mudanças políticas e contando com grande apoio dos estudantes para isso. Cresce a consciência de que é preciso fortalecer e criar mais entidades estaduais, municipais (além de democratizar algumas já existentes) e grêmios.

Perseguição política na UFPR

O ex-deputado federal Ricardo Gomyde, do PCdoB do Paraná, teve seu pedido de transferência da Universidade de Brasília (UnB) para a Universidade Federal do Paraná (UFPR) negado. A direção estadual do PCdoB denunciou que houve perseguição política no episódio: "Achávamos que o período de 'caça às bruxas' estava sepultado, afirmou o presidente do PCdoB/

PR, Milton Alves.

O líder da bancada comunista na Câmara Federal, Aldo Rebelo, denunciou em plenário o ocorrido e foi feito abaixo-assinado de parlamentares em solidariedade a Ricardo Gomyde. A União Paranaense dos Estudantes e a UNE também protestaram contra a atitude discriminatória da universidade paranaense.

Uma agenda que vale por uma Enciclopédia

LEJEUNE MATO GROSSO*

Foi lançada em São Paulo, no dia 18 de novembro, pela Editora Anita Garibaldi, a *Agenda Brasil, Outros 500*. Concebida e realizada pelo jornalista Bernardo Joffily, autor do *Atlas Histórico do Brasil*, editado pela revista *Isto É*. Impressa com capa de camurça plástica e miolo em papel off-set, tem seu conteúdo todo ilustrado a 4 cores. A *Agenda* possui mais de 400 páginas, ai incluídos folhas de anotações, calendário permanente, gráficos, mapas, figuras, gravuras, fotos que mostram a trajetória histórica e rica das lutas do povo brasileiro desde o início da colonização portuguesa.

Devido ao seu desempenho na introdução do ponto de vista dos trabalhadores nas comemorações dos 500 anos de descobrimento do Brasil, a *Agenda* foi, inclusive, objeto de voto de júbilo e congratulações na Câmara de São Paulo, por proposta do vereador Rubens Calvo.

O que a *Agenda* difere das outras é que praticamente cada dia do ano foi batizado como dia de alguma luta importante do povo, como algum marco histórico do povo ou de algum herói, mas que não é registrado pela historiografia oficial (apenas 22 dias em 366 dias do ano 2000, ficaram sem ser batizados pelo autor). Mais do que isso, existem registros de uma média de 8 fatos históricos importantes, também banidos pelas elites, dos livros e das aulas de história contadas em nossas escolas (ao todo, no ano são registrados 2.939 fatos marcantes).

A *Agenda Brasil, Outros 500* é um instrumento para jornalistas e professores em geral (de todas as disciplinas), para comentarem e divulgarem fatos e eventos do dia-a-dia, que não foram registrados oficialmente. Já se sabia que o povo brasileiro é de luta e fez muitas revoluções em sua história. Mas não da forma tão minuciosa como a apresentada por Bernardo na *Agenda*.

Muitos líderes e heróis são apresentados, alguns na forma de desenhos da época, outros na forma de uma concepção livre do autor e os mais recentes com fotos. São índios, negros, brancos pobres, heróis anônimos, banidos dos livros. Mas



homenageia também gente famosa. Ai entre esses temos, para ficarmos com nomes estrangeiros apenas *Voltaire, Lênin, Marx, Engels, Stálin, Marat, Rosa Luxemburgo, Auguste Blanqui, Charles Darwin, George Dimitrov, Clara Zetkin, Albert Einstein, Antônio Gramsci, Robespierre, Ho Chi-min, Mao Zedong, Tupac Amaru, Victor Hugo, Nicolau Copérnico, Ernesto Che Guevara, Jean Jacques Rousseau, José Artigas, José Martí, Simon Bolívar, Jean Jaurés, Mahatma Gandhi, Emiliano Zapata, Fidel Castro, Ludwig Von Beethoven, Bertold Brecht, Leon Tolstói, Salvador Allende, Steve Biko, Néelson Mandela, Giuseppe Garibaldi, Olga Benário, Bernard Shaw.*

Pode-se dizer que a *Agenda* é na verdade uma enciclopédia das lutas do povo brasileiro.

*Professor de Sociologia e Ciência Política da Universidade Metodista de Piracicaba.

A agenda custa R\$ 22,00 e pode ser adquirida na Editora Anita Garibaldi
Rua Monsenhor Passalacqua, 158
CEP 01323-010, São Paulo-SP
Telefax: (11) 289-1331 ou 3266-4312

Correio eletrônico:
livraria@anitagaribaldi.com.br

A CLASSE OPERÁRIA

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES UNIVOS

Rua Adoniram Barbosa, 53, CEP 01318-020
São Paulo - SP, Tel. 0_11 3104-4140
Correio eletrônico: classeop@ruralsp.com.br

15 edições R\$ 15,00

Pagamento:

 cheque nominal
 dinheiro
 Cartão nº Validade
 Vale postal nº
 Depósito na conta Ag.0251 C/C 48676-7, Banco Itaú

Data da assinatura:	____ / ____ / ____
Nome:	_____
Endereço:	_____
Bairro:	_____
CEP:	_____
Tel.:	(____) _____
Correio eletrônico:	_____

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

NACIONAL



Temer (centro), Arruda e autoridades na sessão de abertura

Conferência aponta para democratização das cidades

LUIZ CARLOS ANTERO

Um significativo acontecimento movimentou Brasília no período de 1 a 3 de dezembro: a 1ª Conferência das Cidades. Foi uma iniciativa da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior (CDUI) e de mais 20 entidades, reunindo cerca de 30 palestrantes (entre os quais o professor Aziz Ab'Saber) e um contingente superior a mil lideranças de todo o país – prefeitos, arquitetos, parlamentares e representantes de entidades governamentais e não-governamentais.

Foi aprovado o Estatuto da Cidade, com as diretrizes para a política urbana. De iniciativa do senador Pompeu de Souza, em 1990, e há 10 anos tramitando na Câmara, o Estatuto incluiu o referendo popular e o plebiscito como instrumentos de gestão pública, concedendo ao poder público municipal a preferência na aquisição de imóveis para a “execução de programas e projetos habitacionais de interesse social”, ou para “ordenamento e direcionamento da expansão urbana”.

O evento foi encerrado com a discussão da Carta das Cidades, um documento que, ao lado do Estatuto, é de fundamental importância na definição das diretrizes básicas para o aperfeiçoamento da intervenção pública e dos instrumentos legais para a reformulação do processo de urbanização brasileiro. As cidades acolhem 80% da população brasileira, são responsáveis por 90% do PIB e absorvem os dramas sociais mais

agudos. “Em 98, tivemos 36 mil assassinatos; até outubro de 99 este número já passa de 37 mil, sendo que, numa guerra aberta como a do Vietnã, foram perdidas 57 mil vidas”, deplorou o deputado Inácio Arruda (PCdoB/CE), presidente da CDUI.

O presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, participou da abertura, elogiando o trabalho desenvolvido pela CDUI e destacando a necessidade de se priorizar o debate acerca da questão urbana. Temer se comprometeu em negociar a inclusão de três projetos da área de habitação na pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional, atendendo reivindicação do deputado Inácio Arruda. Os projetos em tramitação que podem ser votados em janeiro são relativos ao Fundo Nacional de Moradia Popular, ao Estatuto das Cidades e à Proposta de Emenda Constitucional (PEC 601) que inclui a moradia entre os direitos sociais da Constituição Federal.

Inácio ressaltou a importância da oportunidade para o debate das políticas públicas e da legislação referente ao desenvolvimento urbano – de temas como a função social da propriedade, o direito de moradia, saneamento, transporte de massas e preservação ambiental. Destacou a necessidade de recursos do Orçamento Geral da União (OGU), do FGTS e de outras fontes de financiamento público e privado para a superação das desigualdades regionais e para o tratamento das questões urbanas.

Briga governista no Congresso

LUIZ CARLOS ANTERO

No final do ano legislativo, o Congresso é o cenário onde a instabilidade política, a crise institucional e as disputas internas no bloco do poder ganham maior visibilidade. O parlamento encerra o ano submerso num impasse realçado pelo agressivo duelo verbal entre os governistas, divididos quanto às emendas que tratam da edição de Medidas Provisórias (apenas FHC editou e reeditou 3.223) e da reforma tributária. O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, age como protagonista da “política dos governadores”.

A defesa de ACM do projeto que limita a apenas uma reedição de medida provisória veio recheada de críticas a FHC e a integrantes da base aliada que discordam da proposta. Chegou a afirmar que “viver autoritariamente, para quem pregava a democra-

cia, é intolerável”.

Também o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, envolveu-se em discussões com o presidente do Senado, acerca do projeto da reforma tributária. Os aspectos mais polêmicos da reforma giram em torno do Imposto de Valor Agregado, com uma tendência acentuada de rejeição à maior centralização de recursos pela União, que manteria os Estados reféns do governo federal. Debate-se também se quem arrecada o imposto é o Estado produtor ou o Estado onde a mercadoria é consumida (Antônio Carlos Magalhães quer a arrecadação pelo produtor). A disputa já levou a que um deputado do PTB fosse substituído por outro, do PFL, na comissão tripartite que vai discutir o assunto.

Entre tapas e beijos, a fisiológica base governista prepara-se para o ano 2000...

Lições do Dia Nacional de Protesto

JOÃO BATISTA LEMOS*

No dia 10 de novembro ocorreram protestos na maioria das capitais contra o governo neoliberal de FHC. Foram destaque as passeatas realizadas em Salvador, Porto Alegre, João Pessoa, Recife e as paralisações dos metroviários e condutores de São Paulo. Mas o dia da “Paralisação e Protestos em Defesa do Emprego e do Brasil” teve alcance limitado. Havia razões ou não para os trabalhadores pararem as máquinas e os serviços? Existiam as condições para tal mobilização? As várias lideranças do movimento cutista afirmavam que havia razões de sobra para uma grande paralisação.

Disposição de luta

Os acontecimentos anteriores ao dia 10 de novembro e os atuais estão apontando para uma mudança, uma flexão de avanço na consciência e disposição de luta dos trabalhadores, como demonstram a marcha dos 100 Mil sobre Brasília; o abaixo assinado de mais de 1 milhão e 300 mil assinaturas pelo fim do governo FHC, promovido pelo Fórum Nacional de Lutas; a greve dos caminhoneiros; a Marcha pela Educação; e a Marcha dos Sem Terra; que envolveram milhares de trabalhadores. Mas o mais significativo para esta avaliação são as últimas greves operárias promovidas pelo Festival de Greves e pelas campanhas salariais.

O episódio da Fiat em Betim/MG é de grande significação. A Fiat se utilizou de uma política anti-sindical e fascista para intensificar a exploração reduzindo direitos e salários. Desde 1984 o sindicato não tinha conseguido dar respostas a estes desmandos. Em uma ação conjunta Sindicato, CMN-CUT e CNTM-FS, conseguiu-se parar por 3 horas e fazer uma manifestação na porta da fábrica – sendo interrompida por uma dura repressão da Polícia Militar. A repercussão no dia seguinte, no interior da empresa, foi totalmente favorável aos trabalhadores e ao Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, e de repulsa à diretoria da empresa.

Resultados positivos

A greve de ocupação na Tekside, empresa do grupo Fiat, também em Betim, com mais de 3.200 trabalhadores, e da Delphi, empresa do grupo GM, onde a maioria são trabalhadoras, em função principalmente da demissão de 14 companheiros, deram o sentido de resgate da dignidade daqueles que produzem as riquezas do país. Também as greves metalúrgicas em Campinas e São José dos Campos (SP), em Contagem (MG) e no Rio de Janeiro trouxeram resultados positivos. O que se soma com outros setores:



Protesto no dia 10 de novembro em São Paulo

bancários, petroleiros, transportes, funcionalismo público etc.

Se é certo que os trabalhadores não estão numa linha de recuo, então quais foram mesmo as razões do alcance limitado do dia 10 de novembro? Qual foi o problema?

O problema principal foi de direção, de ordem subjetiva, do nível de unidade, de comprometimento com os interesses dos trabalhadores e de organização do movimento sindical. A formulação “Paralisação e Protesto” não coesionou o movimento. Foi emblemática a indagação de Gregório Poço, presidente do Sindicato dos Condutores de São Paulo: “razões temos de sobra para parar, mas é preciso saber se este movimento é para valer mesmo ou não. Outras categorias também vão parar?” Este foi um dilema que permeou toda preparação. Escudadas no fato de que nem todas as categorias entrariam em greve, várias lideranças não se empenharam para a realização de protestos de maior envergadura, ou mesmo de paralisações parciais ou por tempo determinado durante o dia 10 de novembro.

Decisão e ação

É uma lição que devemos tirar: definir a forma de luta com clareza, mas garantir a sua realização. Se é paralisação e protesto, as duas formas de luta devem ser realizadas, com paralisações totais e parciais, com manifestações, passeatas, concentrações diante da empresa ou em locais públicos. Construir a greve geral é um processo que demanda atuação de forma ampla com outras centrais sindicais e confederações. Enquanto não se tem o ambiente político para a paralisação geral, as paralisações de categorias mais mobilizadas e de importância estratégica na sociedade e na economia, as manifestações públicas, marchas, ocupações etc. jogam grande importância na denúncia política e mobilização de amplos setores da sociedade.

Existiram importantes lutas políticas que estavam comprometidas com o dia 10 de novembro e, dias antes, retiraram o foco desta mobilização e concentra-

ram-se apenas em lutas corporativas, separadas do movimento nacional dos trabalhadores.

Levar a luta a novo patamar

Vem aí mais um ataque fulminante aos direitos dos trabalhadores: a proposta que prevê o fim do direito à multa de 40% do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) que a empresa paga ao funcionário quando demite. Está na hora de se desencadear uma grande campanha unitária e de luta em defesa dos direitos trabalhistas e do FGTS. Além disso, o Tribunal Superior do Trabalho tem se manifestado seguidamente contra as reposições de perdas salariais, mesmo quando determinadas pelos tribunais regionais de trabalho. O presidente do TST, Wagner Pimenta, chegou a afirmar que o Tribunal deve “procurar manter a fase de estabilidade, evitando alimentar a corrida inflacionária”. Mas a inflação não é causada pelos salários. Já os lucros das empresas – em especial dos bancos e do grande capital – não só foram mantidos, como estão batendo recorde sobre recorde. E sobre isto o TST silencia... Somente neste ano que se finda, o TST suspendeu 893 processos que garantiam reajuste automático de salários com base em índices de preços.

Luta geral e específica

Os sindicalistas classistas querem a socialização da riqueza, a ampliação do seguro desemprego, como um salário social para os desempregados e financiado pelo governo e pelas grandes fortunas. Querem a jornada de 35 horas semanais sem redução dos salários. Querem a verdadeira reforma agrária. São propostas fundamentais, que implicam num novo rumo para o país.

Conectar estas lutas com a mais geral, em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho, com o objetivo de construir uma alternativa ao neoliberalismo, é o grande desafio para todos os sindicatos e movimentos com os interesses legítimos dos trabalhadores.

*da coordenação da CSC e secretário sindical do PCdoB

INTERNACIONAL

Vitória de Cuba, derrota dos EUA

MIGUEL URBANO RODRIGUES

Toda a vitória, em política ou na guerra, é quase sempre inseparável de uma derrota. Ambas emergem com transparência no balanço da IX Cimeira Ibero-Americana. O mérito principal pelo seu êxito cabe a Fidel Castro; os EUA, ausentes em Havana, foram ali o grande derrotado. Quando Fidel Castro, no Palácio das Convenções de Havana, encerrou os trabalhos, era generalizada a opinião de que esta IX Cimeira foi a mais fraternal, fecunda e consensual de todas. Para muitos chefes de Estado e governo o resultado foi uma surpresa.

Washington fez tudo o que estava ao seu alcance, desde a VII Cimeira, na Ilha Margarita, em 1997, para sabotar a reunião de Havana. Na sua intervenção de encerramento, Fidel recordou uma situação esquecida. Na I Cimeira, a de Guadalajara, em 1991, não houve vozes discordantes quando na distribuição das sedes futuras se decidiu que caberia a Cuba promover o Encontro de 1999. O socialismo ruíra na Europa Oriental e a URSS desagregava-se. Em Miami, a máfia da Fundação Cubano Americana concebia já festas faraônicas nas suas antigas mansões de Havana. Mas a cidadela socialista das Américas resistiu ao grande vendaval.

Não surpreende a decepção norte-americana. O esforço desenvolvido pelas grandes cadeias da televisão norte-americanas e por influentes órgãos de comunicação social europeus para ignorar o que se passou em Havana não tem o poder de apagar a evidência: a cimeira não foi apenas para Cuba uma vitória moral e um êxito político. A maioria dos jornalistas estrangeiros que se concentrou em Havana – mais de um milhar – confrontou-se com um quadro e situações inesperados. Em vez de uma “cimeira tempestuosa”, como antecipavam, a IX foi a mais tranqüila de quantas se realizaram na década que vai findar. Em vez de uma reunião marcada por divergências insuperáveis, esta foi a dos consensos fáceis em torno dos grandes problemas. Fidel uniu em vez de desunir.

Na estratégia dos EUA para o hemisfério, manter os latino-americanos desunidos tem sido um objetivo prioritário desde a época de Bolívar. Em Havana, neste novembro do ano 99, a unidade dos povos do continente deu, pela primeira vez no contexto das cimeiras, um grande passo em frente. A preocupação de Washington é tanto maior quanto a ponte entre os latino-americanos e os portugueses e os espanhóis que parecia artificial mas ganhou, de repente, uma solidez não esperada. Por cima da vastidão atlântica, os governantes de povos ligados por uma história que durante séculos foi comum apercebem-se de que num mundo imperializado pela globalização neoliberal podem resolver problemas comuns se os enfrentarem unidos.

Por si só os oito documentos aprovados pelo grande plenário de Havana revelam, pela sua natureza e conteúdo, que sobre temas difíceis foi possível chegar a consensos que durante anos não pareciam viáveis. É suficiente citar os textos relativos à Colômbia (sobre a qual se adensa a ameaça da intervenção norte-americana); a demarcação da fronteira entre o Chile e o Peru; o acordo de paz entre este país e o Equador; as decisões sobre a reconstrução da América Central; a Declaração sobre o acompanhamento da Cimeira União Européia-América Latina e Caribe; e as Declara-

ções sobre o Canal do Panamá e as Ilhas Malvinas.

A Declaração de Havana, um documento que reflete as contradições no desenvolvimento, os fossos culturais e as dependências econômicas, traduz, apesar das suas lacunas e omissões, o avanço de uma consciência comum de que, unidos, os povos ibero-americanos podem conseguir na rejeição do neoliberalismo globalizado o que, isolados, jamais alcançarão. A criação da Secretaria da Cooperação foi outra vitória.

A Washington sobram motivos para o mal-estar que esta cimeira provocou. Identifica nos progressos da unidade ibero-americana, por frágil que ela seja, uma ameaça ao domínio absoluto e perpétuo que pretende manter sobre os países do “pátio das traseiras”. Uma contradição positiva da cimeira – que fez soar o alarme na Casa Branca e no Departamento de Estado – foi a convergência no discurso político, em aspectos fundamentais, de governantes que, com poucas exceções, se têm mostrado submissos na prática das coisas às exigências do modelo imposto pelo FMI e o Banco Mundial, como instrumentos da vontade imperial dos EUA. Em Havana, tanto na cimeira, quando intervieram, quanto em

declarações à imprensa, estadistas que, no poder, atuam como zelosos executores de políticas neoliberais sentiram a necessidade de proceder a balanços críticos do sistema que servem quase sempre com docilidade. No tom e na forma as suas intervenções não coincidiram. Mas é significativo que até políticos como o colombiano Andres Pastrana, os presidentes conservadores da Guatemala, do Equador e do Paraguai, a presidente do Panamá e muitos outros tenham criticado abertamente os efeitos do neoliberalismo e preconizado a necessidade de uma alternativa.

A atmosfera de condenação do neoliberalismo era tão unânime que gente como Manuel Aznar e Antonio Guterres, que se destacam na constelação dos teólogos europeus do mercado pela tenacidade com que levam adiante políticas de direita, também jogou lenha na fogueira cujas labaredas verbais atingiram o neoliberalismo e a irracionalidade do deus-mercado. Dir-se-á que agiram taticamente. É verdade. Mas a manobra tática implicou para ambos outros malabarismos. Um e outro foram insistentes e duros na condenação frontal do bloqueio norte-americano contra Cuba, atitude impensável anos atrás.



O presidente venezuelano, Chávez, junto com Fidel Castro durante a cimeira

Os EUA perante a Cimeira

Nos meses que precederam a reunião de Havana, a Administração norte-americana desenvolveu uma ofensiva cujas principais metas eram: 1. Esvaziar a Cimeira de significado, através da ausência de muitos chefes de Estado; 2. Persuadir um número considerável de participantes a ingerir-se em assuntos internos cubanos, publicamente, se possível; 3. Utilizar os chamados “dissidentes” para provocações diversificadas.

Madeleine Albright não hesitou em dirigir a alguns ministros dos Negócios Estrangeiros uma carta em que lhes dava instruções minuciosas sobre a forma de proceder. Esse documento, publicado pela imprensa cubana, é esclarecedor do nível a que desceu a diplomacia norte-americana nas suas campanhas irracionais contra Cuba. Outra carta escandalosa, Jorge Más Canosa Filho, atual chefe da máfia contra revolucionária de Miami, traçava o comportamento que o ministro dos Es-

trangeiros da Nicarágua (seu sócio em negócios escusíssimos) deveria ter em Havana.

Na semana que antecedeu a Cimeira, foi anunciada com estardalhaço nos EUA uma grande concentração-desfile de “dissidentes” em Havana. A montanha pariu um rato. Mostraram-se apenas três ou quatro marginais exibindo cartazes insultuosos, com erros de ortografia. Influentes órgãos da imprensa internacional colaboraram na campanha. Alguns, inventaram uma vaga de repressão em Cuba, dedicando manchetes a imaginárias prisões de falsos líderes. Numa reunião em que a “oposição” anunciou a sua presença maciça, apareceram três jornalistas estrangeiros por cada “dissidente”.

Para decepção da Casa Branca, apenas cinco presidentes, alegando motivos diferentes, não estiveram presentes em Havana (os da Argentina, Chile, Nicarágua, Costa Rica e El Salvador).



Vietnamitas vítimas do agente laranja

Instalado grupo parlamentar Brasil-Vietnã

Está em funcionamento na Câmara dos Deputados o Grupo Parlamentar Brasil-Vietnã. Iniciativa do deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP), o grupo se destina a aumentar a cooperação nos assuntos de interesse comuns aos dois países na área do Legislativo. “O Brasil mantém relações cordiais com o Vietnã, mantendo representação diplomática em Hanói, a capital”, justifica o autor do projeto de resolução que resultou no Grupo Parlamentar. Aldo destaca, também, como mais um motivo para que o Brasil aprofunde o intercâmbio parlamentar com o Vietnã, o fato de o país ser uma potência emergente, sendo a que mais cresce no mundo depois da China.

Desde 1980 o Vietnã sofre com o embargo econômico promovido pelos EUA. Apesar disso, hoje o país passa por um processo de reconstrução nacional, com o Estado atuando em parceria com a iniciativa privada, tanto nacional quanto internacional.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelo Vietnã é o saldo de vítimas, 30 anos depois que os americanos lançaram 44 milhões de litros de agente laranja nas florestas do país. São pelo menos 300 mil seres humanos condenados a conviver com as mais diferentes deficiências físicas e mentais.

A comissão é formada por: Aldo Rebelo (presidente), Hermes Parcianelo (1º vice-presidente), Carlos Mosconi (2º vice-presidente), Luís Medeiros (3º vice-presidente), Zeire Rezende (1º secretário), Marcelo Barbieri (2º secretário), Osvaldo Reis (3º secretário), Régis Cavalcante (1º tesoureiro), De Velasco (2º tesoureiro), Djalma Paes (1º vogal), Olavo Calheiros (2º vogal), Luiz Moreira (3º vogal) e Silas Brasileiro (4º vogal).

Debate Sindical

ENTREVISTA
Renato Rebelo: "É preciso escurtir o mandato de FHC"

POLÊMICA
A contribuição sindical deve mesmo acabar?

DIÁRIE
Balanço das greves na década de 90

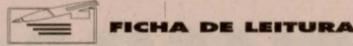
RECURSOS DO FAT

Um novo sindicalismo no Brasil?

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Adquira a revista Debate Sindical nº 32 - Valor: R\$ 7,50
Tel. (11) 289-1496

FORMAÇÃO



O imperialismo, etapa superior do capitalismo – Lênin (4ª parte)

[Obras Escolhidas, tomo I, págs. 575 a 671]

DILERMANDO TONI

Imperialismo e socialismo

1 - A última fase do capitalismo

Lenin dedica os três últimos capítulos de *O imperialismo...* a retirar **conclusões e conseqüências políticas** da estrutura econômica do imperialismo. Elas constituem o traço distintivo fundamental de sua obra em relação às demais análises que se produziu sobre o imperialismo. É o que há de mais importante nela.

Todo o raciocínio de Lenin conflui para a idéia de que o imperialismo, sendo a fase suprema do capitalismo é, ao mesmo tempo, a **última fase** do seu desenvolvimento. Tantas e tão profundas são as contradições, as crises e os choques que ela engendra que se preparam objetivamente as condições para sua transformação em seu contrário, uma sociedade de tipo superior. Lenin concebe a etapa imperialista como um “capitalismo de transição ou, mais propriamente, de capitalismo agonizante”. Em **termos históricos** o imperialismo é a véspera da revolução proletária.

Para demonstrar seu ponto de vista é que Lenin analisa em primeiro lugar, no capítulo VIII, as principais tendências e contradições do desenvolvimento econômico do capitalismo em sua fase imperialista. De um lado ele é impulsionado pela “possibilidade de diminuir os gastos de produção e aumentar os lucros, implantando aperfeiçoamentos técnicos ... mas a **tendência** para a estagnação e para a decomposição, inerente ao monopólio, continua por sua vez a operar e em certos ramos da indústria e em certos países há períodos em que consegue impor-se.” (*O imperialismo ...*, pág. 650).

A **tendência para a estagnação** derivava do “divórcio

completo” entre o setor dos *rentiers* (especuladores) e a produção. Ele dizia que “o imperialismo é uma enorme acumulação num pequeno número de países de um capital-dinheiro ... que vive da exploração do trabalho de uns quantos países e colônias do ultramar”. (*O imperialismo ...*, pág. 650). Daí é que surge o Estado-rentier, usurário, credor, que é o Estado do capitalismo parasitário e em decomposição contraposto à imensa maioria de países e nações do mundo na situação de oprimidos e devedores.

No capítulo IX Lenin destacou o **agravamento das contradições entre monopólios e potências imperialistas**. Dizia ele que “sob o capitalismo *não* se concebe outro fundamento para partilha das esferas de influência, dos interesses, das colônias etc., além da **força** de quem participa da divisão, a força econômica geral, financeira, militar etc. E a força dos que participam na divisão *não* se modifica de forma idêntica, visto que sob o capitalismo é impossível o desenvolvimento *igual* das diferentes empresas, *trusts*, ramos industriais, países ... [por isso] as alianças pacíficas preparam as guerras e por sua vez surgem das guerras, conciliando-se mutuamente, gerando uma sucessão de formas de luta pacífica e não pacífica sobre *uma mesma* base de vínculos imperialistas e de relações recíprocas entre a economia e a política mundiais” (*O imperialismo ...*, págs. 664 e 665).

No **terreno político** Lenin também identificava uma exacerbação extrema das contradições. Dizia ele: “O imperialismo é a época do capital financeiro e dos monopólios, que trazem consigo, em toda a parte, a **tendência** para a dominação, e não para a liberdade. A reação em toda a linha, seja qual for o regime político ... intensifica-se também particular-

mente a opressão nacional e a tendência para as anexações, isto é, para a violação da independência nacional.” (*O imperialismo ...*, pág. 665). Para Lenin isso não impede “o crescimento das tendências democráticas na massa da população, e sim *exacerba* o antagonismo de tais tendências democráticas e a tendência antidemocrática dos trusts.” (*Sobre a caricatura do marxismo e o 'economismo imperialista'*, OC, T30, pág. 107).

2 - Nova dimensão da luta pelo socialismo

Para Lenin, toda essa agudização das contradições sob o imperialismo é “a força motriz mais poderosa do período histórico de transição iniciado com a vitória definitiva do capital financeiro mundial.” (*O imperialismo ...*, pág. 668). Essas contradições, em plano mundial e de cada país, colocaram a necessidade de se **resolver de forma prática a questão do socialismo numa nova relação com os problemas nacional, democrático e social**. Significavam a necessidade da elaboração de uma nova estratégia e uma nova tática revolucionária do proletariado.

Assim, a **questão nacional** é colocada sob um novo prisma sob o imperialismo. Lenin diz que Hilferding “faz notar acertadamente a relação entre o imperialismo e a intensificação da opressão nacional” quando o autor de *O capital financeiro* diz: “o capital importado intensifica as contradições e provoca contra os intrusos uma crescente resistência dos povos, cuja consciência nacional desperta ... e as referidas nações formulam o objetivo que noutros tempos foi o mais elevado entre as nações européias: a criação de um Estado nacional único como instrumento de liberdade econômica e cultural”. (*O*

imperialismo ..., pág. 666). Os movimentos de libertação nacional nos países dependentes, a luta pelo direito à autodeterminação das nações oprimidas passaram a integrar o programa revolucionário do proletariado.

A **questão democrática** que havia sido colocada na cena histórica pela burguesia ascendente nos séculos XVII, XVIII e XIX, sob o imperialismo do século XX passou também a ser parte integrante da luta do proletariado e seus aliados pelo socialismo. As reivindicações democráticas, segundo Lenin, deveriam ser apresentadas de maneira revolucionária, orientadas para a revolução social. Ele dizia que os marxistas “sabem que a democracia *não* suprime a opressão de classe, e sim faz a luta de classes mais pura, mais ampla, mais aberta, mais nítida, que é, precisamente, o que necessitamos.” Por isso, acrescentava: “O socialismo é impossível sem a democracia em dois sentidos: (1) o proletariado não pode levar a cabo a revolução socialista se não se prepara para ela através da luta pela democracia; (2) o socialismo triunfante não pode consolidar sua vitória e levar a humanidade à desaparecimento do Estado sem realizar a **democracia completa**”. (*Sobre a caricatura do marxismo e o 'economismo imperialista'*, OC, T30, págs. 133 e 135).

A **questão social** também é tratada originalmente sob vários aspectos. Em primeiro lugar o desenvolvimento do capitalismo para o imperialismo levou a uma enorme socialização da produção. É o que Lenin descreve detalhadamente no capítulo X de *O imperialismo...* Ademais, Lenin constatava “a **tendência** das massas, que são mais oprimidas que antes, que suportam todas as calamidades das guerras imperialistas, **tendência** a desvencilhar-se desse jugo, a derrubar a burgue-

sia”. (*O imperialismo e a divisão do socialismo*, OC, T30, pág. 182)

Ao enfrentar o problema prático da revolução, Lenin dedica grande atenção ao **problema político da direção do processo revolucionário**. Essa direção estava dividida em duas tendências: a oportunista, da qual Kautsky fazia parte e que passou a dominar na maioria dos partidos operários da II Internacional, e a **tendência revolucionária**. Para ele, “a luta contra o imperialismo é uma frase oca e falsa se não for indissolúvelmente ligada à luta contra o oportunismo”. (*O imperialismo ...*, pág. 669). Lênin ocupou-se, em primeiro lugar, de explicar a base material do surgimento do oportunismo. Dizia ele que: “O imperialismo ... implica lucros monopolistas elevados para um punhado de países muito ricos, gera a possibilidade econômica de subornar as camadas superiores do proletariado, e alimenta assim o oportunismo, dá-lhe corpo e reforça-o.” (*O imperialismo ...*, pág. 653). Ou ainda: “O imperialismo tem **tendência** para formar categorias privilegiadas também entre os operários, e para as divorciar das grandes massas do proletariado.” (*O imperialismo ...*, pág. 655).

O grande mérito da análise leninista do imperialismo é que ela respondeu a tempo aos problemas colocados pelo desenvolvimento econômico e social e armou o proletariado russo para a vitória de Outubro de 1917. Em todo o mundo os partidos comunistas incorporaram os ensinamentos de Lenin sobre o imperialismo aos seus programas. Tendo sido escrito há mais de 80 anos, *O imperialismo, etapa superior do capitalismo* é hoje um instrumento fundamental para a correta compreensão da chamada globalização, é uma arma afiada na luta da classe operária contra o neoliberalismo.

HISTÓRIA DA LUTA PELO SOCIALISMO



O século 21 será socialista!

BERNARDO JOFFILY

Concluía esta breve *História da luta pelo socialismo*, podemos olhar para trás e abranger com a vista o conjunto do percurso. Por certo não foi – nem é, nem será – um passeio. Os homens e mulheres que o trilham tiveram de abrir caminho combatendo a cada passo inimigos poderosos, impiedosos e traiçoeiros. Foram forçados, ao mesmo tempo, a desbravar trilhas nunca antes palmilhadas, veredas escarpadas, sinuosas, com freqüência escorregadias; cheias de encruzilhadas e desvios. Tiveram ainda de arcar com o peso de suas próprias limitações e erros, pois eram – e são, e serão – simples homens e mulheres de carne e osso.

Tudo isso só os engrandece. Realizaram uma proeza sem igual na saga da raça humana, uma epopeia do tamanho da Terra, cheia

de amor e fúria, destemor e generosidade, consciência e sonho. Já somam muitas gerações, e incontáveis milhões, cada um com seu modesto heroísmo de sonhadores combatentes. Ou não era uma heroína a tecelã inglesa dos anos 1830, descalça e analfabeta, que após doze horas na fábrica ia em busca de quem lhe lesse os panfletos dos *cartistas*?

Nossa marcha começou há apenas 150 anos...

Nosso relato pára aqui, mas a marcha da história real segue, sempre combatendo, dia após dia, sem descanso. É certo que ainda não vencemos, ainda carregamos os grilhões da escravidão assalariada, não saímos do Reino da Necessidade para o Reino da Liberdade. E daí? Temos apenas um século e meio, um pouco mais, se incluímos o soci-

alismo pré-*Manifesto Comunista*. Aos olhos da história, somos quando muito adolescentes. Se usamos a Europa como referência, a Antiguidade escravista levou mais de 2 mil anos para sucumbir, sob as ruínas do Império Romano, e o feudalismo durou outro milênio, até ser varrido pelas revoluções dos séculos 18-19. A burguesia nasceu em sua primitiva versão mercantil por volta do século 15, e só em meados do século 19 se afeiçoou no poder – já com o proletariado nos calcanhares. É natural que a transformação socialista, mais radical – pois rompe com todos os sistemas baseados na exploração do homem pelo homem –, esteja ainda a caminho.

Historicamente, a luta pelo socialismo atravessou duas grandes crises: A primeira, surgida da Guerra de 1914 (ver artigo 8), foi superada no plano teórico pelo

leninismo e no prático pela Revolução de 1917. A segunda instalou-se com a regressão soviética, e continua até hoje. Porém há crises e crises. Um acoitem sistemas caducos, retrógrados, e precipitam sua morte. Outras atingem as propostas históricas novas, progressistas, e ao serem enfrentadas desembarçam seu avanço. As vicissitudes das últimas décadas podem muito bem ser a crise de adolescência da luta pelo socialismo.

A ofensiva começa a dar sinais de esgotamento

No plano objetivo, o próprio capitalismo criou uma a uma as premissas de sua superação. A produção se socializa mais e mais, entrelaçada em complexas redes de interdependência que frequentemente cobrem o Globo. Já a propriedade privada se concen-



tra como nunca, como atestam as megafusões dos anos 90. A revolução científica e tecnológica abre pela primeira vez a possibilidade de dar trabalho, alimentação, moradia, educação, saúde, transporte, cultura, lazer, bem-estar social, a todos os seres humanos do planeta. É a lógica do antigo regime que contrai o bem-estar em vez de universalizá-lo.

“Apenas” as relações capitalistas e o poder burguês se interpoem entre a sociedade e esse passo emancipador – ainda que seja um “apenas” cercado de grossas asas. Superá-las depende de nós.

SOMENTE O SOCIALISMO LIBERTA A HUMANIDADE



DEDÉ RODRIGUES*

I
Na chamada "Nova Ordem"
Cheia de instabilidade
Não tem mais tranqüilidade,
O que se vê é desordem.
Trabalhadores, acordem!
Com a história na mão,
Vivemos na "Transição"
Dolorosa e agitada
Decadência prolongada
Do modo de produção.

II
No nosso mundo atual,
Cenário de grandes lutas,
Acirram-se as disputas
Que têm caráter "global".
O progresso social,
Ninguém vê mais ele não.
Não se investe em produção,
Pois o grande capital
Com a lógica liberal
Vai pra especulação.

III
As bolsas estão caindo
De Hong Kong ao Brasil,
Dólar some num "funil",
A crise vai se expandindo.
Lucro médio decaindo,
Karl Marx tinha razão,
Pois nossa população
Sem trabalho e sem guarida
Não tem a contra partida
Da parte da produção.

IV
Fusões e mega fusões
Das empresas no presente,
Que se fundem ao concorrente
Ou fazem aquisições.
Desrespeitam as nações,
Privatizam todo dia
As empresas do Estado
Em nome do "deus" mercado
E dessa ideologia.

V
A "defesa nacional",
Juntando à democracia
Está na pauta do dia
Como estratégia "real"
Conquistar esse ideal
É dever do cidadão,
Do contrário é omissão
Ou trair a liberdade,
É contra a sociedade
A pátria mãe ou nação.

VI
A crise estrutural
Que passa o nosso país
É um mal que está na raiz
Do sistema social.
Nosso parque industrial
Está sendo destruído,
O estatal é vendido
E a desigual concorrência
Leva a empresa à falência
E deixa o Brasil falido.

VII
A "nossa" dívida externa
Se transforma atualmente
No principal componente
Da crise que nos inferna.
A crise tem outra perna:
No atraso deformado,
Latifúndio concentrado,
Sem-terra invadindo terra,
Massacrados numa guerra
De um conflito anunciado.

VIII
O "nosso" capitalismo
Deformado e dependente
Não tem futuro pra gente,
Pode trazer o fascismo.
Só mesmo o socialismo
Vai trazer um novo dia,
Com trabalho e harmonia,
Nova classe no comando
Pra acabar com o desmando
Da classe da burguesia.

IX
O Partido Comunista
Tem um projeto traçado,
Brasileiro, adaptado,
De Programa Socialista.
Numa visão progressista
O nosso PCdoB,
Além de ter de crescer
Pra buscar esse ideal,
A questão essencial
É a conquista do poder.

X
Nosso poder popular
Garantirá liberdade
Dentro da legalidade
Socialista que adotar.
Poderá funcionar:
"Partido", "associação",
Greve, manifestação,
Discordância do Partido.
Também será permitido
Cultuar religião.

XI
Será nossa economia
Centrada e planejada
Para não ser dispersada,
Evitando a anarquia.
Também se "permitiria"
Liberdade de mercado,
Mas, supervisionado.
Negócios com o estrangeiro
E o sistema financeiro
Serão "nacionalizados".

XII
O capital estatal
Com o capital privado
Serão dois "associados"
Em setor fundamental.
Nossa base principal,
É a base socialista,
Embora esteja na "lista"
Respeito à propriedade
Fruto de honestidade
No mundo capitalista.

XIII
Para poder "controlar"
Nossos ricos minerais,
O Estado vai explorar
As riquezas naturais.
Veículos espaciais,
Correios, telefonia,
Bancos e telefonia
Que foram "privatizados"
Serão reestatizados
Nessa nova economia.

XIV
A "nova tecnologia"
No setor da produção
Aumenta a exploração
Através da mais-valia.
O poder da burguesia,
Nesse sistema atual,
Gera outro grande mal:
Da "formal economia"
Joga o homem todo dia
Na economia informal

XV
Confirmando as evidências
Os atuais monopólios
Confrontam os oligopólios
Nas freqüentes ocorrências.
Mas, vejam as conseqüências
Dessa tal competição:
Pobreza, sem lar, sem pão,
Sem terra e sem ter sossego,
Subemprego e desemprego
Já passam de um bilhão.

XVI
O marxismo revela
Como exigência atual,
Lutar pelo social
Mudando o sistema em tela.
E nessa tecla martela:
Morte do capitalismo,
Muita vida ao socialismo
De transição prolongada
Como porta de entrada
Do promissor comunismo.

XVII
Para o Partido vencer,
Só depois de muita luta
Numa ferrenha disputa,
É claro, pelo poder.
É preciso convencer,
Na luta trazer mais gente,
Aliados, "permanentes",
Temporários, "vacilantes"
Cada dia e cada instante,
Cada luta e cada frente.

XVIII
O nosso mapa rural
Tem a terra concentrada,
Uma parte é adiantada,
A outra parte, vai mal.
Um setor industrial
Burguesia de plantão,
Realiza exploração
De aves, frutas e gado,
Mas tem o lado atrasado
Da pequena produção.

XIX
Nossa terra brasileira
Será nacionalizada,
Só depois de ultrapassada
A tal etapa primeira.
Agora a nossa bandeira
Será a fixação
De um teto por região,
"Dar" terra ao trabalhador
E o pequeno produtor
Terá sua proteção.

XX
A falta de habitação
Hoje, na grande cidade,
Só retrata a gravidade
Da crise dessa nação.
No Brasil "a construção"
É toda desordenada
A cidade é deformada,
Falta habitação decente
Para abrigar "nossa gente",
Que está abandonada.

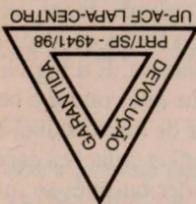
XXI
O nosso meio ambiente
Terá proteção devida
Pois em defesa da vida
O sistema está na frente.
Será tarefa premente
No bojo desse ideal,
A defesa ambiental,
Participação da massa
Para construir com raça
O bem estar social.

XXII
Nessa nova educação
Terá bem mais qualidade
Garantindo a liberdade
Do "gênio da criação".
Haverá divulgação
Da cultura e da arte,
Do saber em qualquer parte,
Da pesquisa e da memória,
Das lutas e da História
"Da nossa terra até Marte".

XXIII
Do setor espacial,
A biotecnologia,
O Estado propicia
Atenção especial,
À Ciência Social...
Às conquistas "marxistas"
Resumindo toda lista
Dessa cultura avançada
Será viva e preservada
Na construção socialista.

XXIV
Somente o socialismo
Liberta a humanidade
Do conjunto de maldade
Que tem no capitalismo.
Livra a gente do fascismo,
Da guerra e da opressão,
Da feroz exploração
Contra o proletariado,
Suplantando esse "Estado"
E esta vil escravidão.

*vereador do PCdoB em Tabira,
sertão de Pernambuco - "Agradeço
ao presidente do PCdo B/PE,
Luciano Siqueira, por ter sugerido
a elaboração dos versos
desta cartilha".



IMPRESSO
CDM
CEP 01318-020 - São Paulo - SP
Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista
Tel: 011 3104-4100
Fundação Maurício Grabois
A CLASSE OPERÁRIA